

Chegou a 1ª remessa da CoronaVac

SP: 67% desaprovam

Bolsonaro e querem

a compra da vacina



Queimadas:
Amazônia tem o pior outubro em dez anos

Foi o pior outubro dos últimos dez anos, tanto na Amazônia quanto no Pantanal, em termos de focos de incêndio e mata destruída, segundo dados divulgados pelo Inpe. **P. 3**



Negação de Bolsonaro foi rebatida até pelo vice, Hamilton Mourão

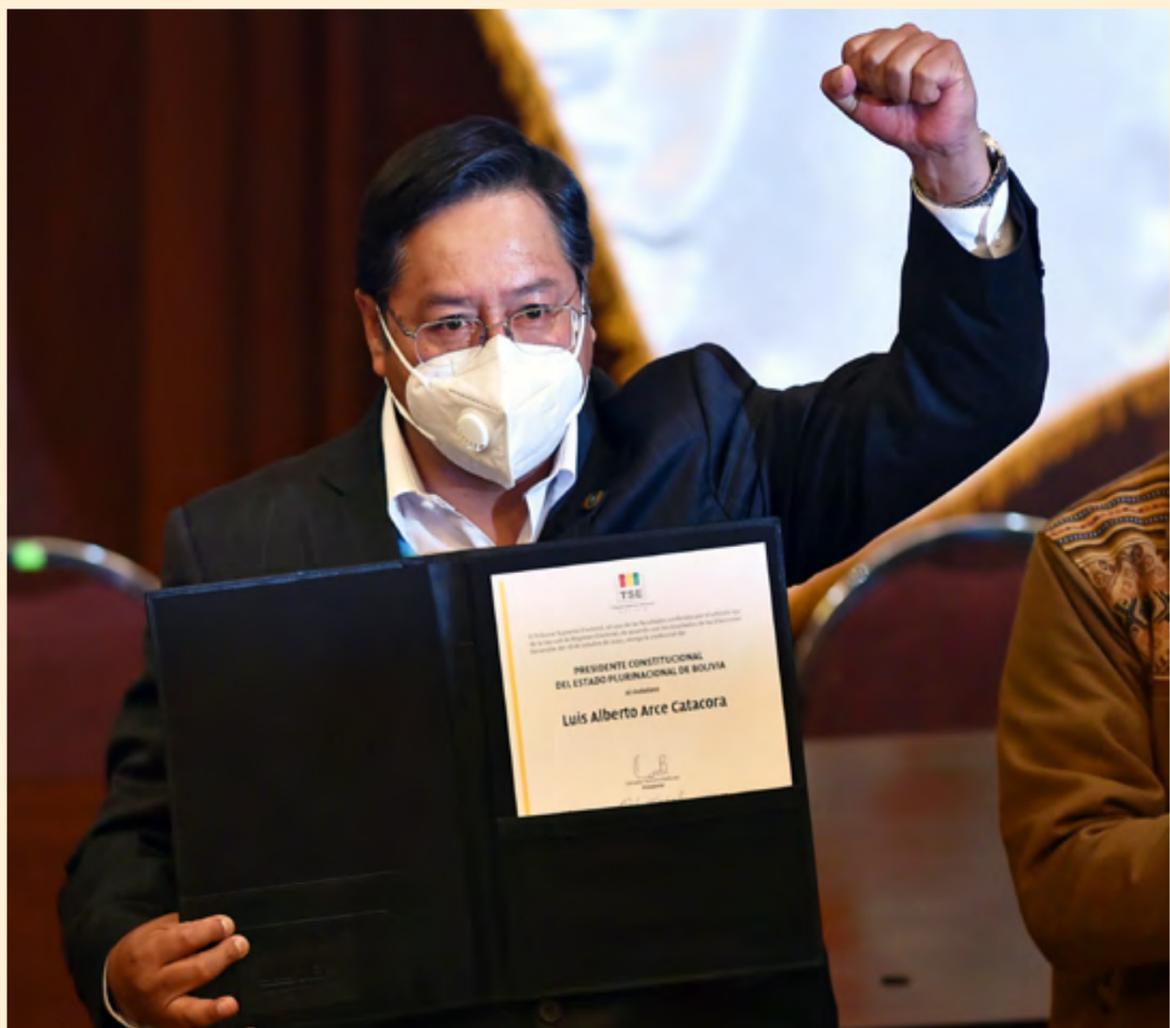
A posição de Bolsonaro contra a compra da CoronaVac, vacina para a Covid-19 desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, é reprovada por 67% dos eleitores paulistas, segundo pesquisa do Ibope, divulgada no sábado (31). Na sexta-feira, o vice-presidente já havia balizado Bolsonaro: “é lógico que o governo federal vai comprar doses do imunizante. O governo não vai fugir disso aí”. No que Bolsonaro retrucou dizendo que é ele quem tem a caneta bic. Doria anunciou a chegada das primeiras 6 milhões de doses. **Página 3**

Desemprego acelera e atinge em agosto a taxa recorde de 14,4%

O desemprego continua batendo recorde no país e atingiu a taxa de 14,4% no trimestre encerrado em agosto, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua), divulgada na sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a maior taxa de desocupação da série histórica desde 2012. São 13,8 milhões de brasileiros desempregados. Dois milhões de vagas foram perdidas no emprego formal no período e em apenas um ano, fechados 12 milhões de postos de trabalho. **Página 2**

Manuela amplia vantagem, vai a 27% e vence qualquer adversário no segundo turno

A pesquisa Ibope divulgada pela RBS TV na quinta-feira (29/10) mostra a candidata Manuela D’Ávila (PCdoB) com a maior intenção de voto para a Prefeitura de Porto Alegre (RS), 27%. A ex-deputada é seguida por Nelson Marchezan Júnior (PSDB) e Sebastião Melo (MDB), com 14%, e por José Fortunati (PTB), com 13%, Juliana Brizola (PDT) com 4%. Nas simulações de segundo turno, Manuela ganha de Marchezan, por 45% a 37%; de Melo, por 43% a 40%, e de Fortunati, por 41% a 40%. **Página 4**



Arce é diplomado presidente da Bolívia e toma posse dia 8

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) da Bolívia realizou, na quarta-feira (28), a cerimônia de diplomação do presidente eleito, Luis Arce Catacora, e do seu vice David Choquehuanca. “Recebi o

diploma que me credencia como presidente eleito do Estado Plurinacional da Bolívia. Ratifico meu compromisso com o trabalho e o amor à Pátria. Obrigado ao povo boliviano pela confian-

ça. Vamos adiante”, afirmou Arce em suas redes sociais comemorando o evento. As novas autoridades tomarão posse no dia 8 de novembro.

Quando ministro da Economia e Finanças Públicas

da Bolívia, Luis Arce, agora presidente eleito, esteve em São Paulo em abril de 2019 e concedeu entrevista à Hora do Povo, da qual republicamos os principais trechos. **Páginas 6 e 8**

Rússia e Paraná pedem o registro inicial à Anvisa da vacina Sputnik V

O Fundo de Investimentos Diretos da Rússia (RDIF), a farmacêutica União Química e o governo do Paraná encaminharam documentos preliminares para o pedido de registro da vacina russa Sputnik V à Anvisa. As informações foram enviadas à agência na quinta-feira (29). O RDIF já submeteu à OMS pedido para uso emergencial da Sputnik V. **Pág. 4**

Para general Santos Cruz, há nesse governo “despreparo, inconseqüência e boçalidade”

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz condenou a forma que o governo trata civis e militares. “Não pode haver diferença de tratamento entre militares e civis. Não pode haver esse tipo de discriminação. Isso aí tem que ser visto no contexto mais amplo. É o desprezo geral aos cidadãos e às instituições. É desprezo geral, por despreparo, inconseqüência e boçalidade”, afirmou em entrevista. **Pág. 3**

Pacote de Bolsonaro afundará ainda mais o país na recessão

“Estratégia de Desenvolvimento” pós-Covid até 2031 é arrochar mais os gastos públicos, acabar com despesas obrigatórias, como Saúde e Educação, e transferir os recursos para a banca

Bolsonaro e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, assinaram um decreto, publicado na terça-feira (27) no Diário Oficial da União (DOU), em que descrevem o planejamento do executivo para o pós-pandemia, que é arrochar ainda mais os serviços públicos para manter o teto de gastos e garantir os ganhos dos bancos e demais especuladores do setor financeiro, através do pagamento da dívida, ou seja, da transferência de recursos do povo para bancos.

Segundo o governo, “sem reformas que permitissem conter a elevação dos gastos públicos obrigatórios”, a trajetória das contas públicas será “explosiva”. Já com as reformas estruturantes de Guedes, o país viverá um “cenário transformador”. Certamente essa “transformação”, a que se refere Guedes, é para tornar o Brasil mais pobre e mais dependente.

O decreto cita o Chile como exemplo de país que com a aprovação das reformas elevou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O mesmo Chile que explodiu a política neoliberal nas ruas e que, no domingo (25), enterrou com 80% dos votos da população a Constituição da ditadura Pinochet, elaborada pelos Chicago boys e admirada por Guedes.

No decreto, intitulado “Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 – EFD 2020-2031”, o governo defende que seja implantado no País um ajuste fiscal permanente, através de gatilhos para reduzir ainda mais os gastos obrigatórios com serviços públicos, como Saúde e Educação, realizados pela União, estados e municípios, além da redução da jornada e do salário de servidores públicos.

No documento ainda, Paulo Guedes pintou um cenário caótico, caso não seja aprovado o seu arrocho. As PECs do pacto federativo e da emergência fiscal, que foram enviadas pelo governo no final do ano passado ao Senado Federal, vão afundar ainda mais a economia.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 186/2019, que está paralisada no Senado, propõe cortes em despesas obrigatórias com pessoal e custeio, quando estas estiverem acima de 95% da receita corrente, através de um mecanismo de “gatilhos” para a redução de gastos.

Essas despesas seriam reduzidas em R\$ 21,8 bilhões no caso dos estados e em R\$ 9,7 bilhões para os municípios, segundo um levantamento do próprio Ministério da Economia, que foi divulgado em março deste ano.

Acionados estes gatilhos, ficariam os entes federados proibidos de admitir ou contratar pessoal, ressaltadas as reposições de cargos de chefia/direção e vacâncias; conceder a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a servidores públicos; criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa, alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa; realizar concursos públicos, exceto para as reposições; criar ou majorar auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza para os servidores públicos; entre outras medidas que possam gerar despesas em benefício da população.

Já a PEC do Pacto Federativo prevê o fim dos gastos mínimos em Educação e Saúde; extingue o Plano Plurianual (PPA); prevê um calote na Justiça, por determinar que decisões judiciais que possam criar despesas – isto é indenizações/multas – só terão eficácia quando houver previsão no Orçamento; proíbe a União de socorrer com crédito entes com dificuldades fiscal-financeiras a partir de 2026, entre outras medidas.

Há também nesta proposta a criação do chamado Estado de Emergência Fiscal, que vai desindexar despesas obrigatórias e criar mecanismos automáticos de redução de gastos, e o fim de municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total.

Guedes ameaça o país, inventando que no cenário de ausência das suas reformas, os juros teriam que aumentar, haveria aumento da carga tributária, haveria uma crise de confiança por investidores, e que o PIB per capita teria um crescimento nulo ou negativo no acumulado do período até 2031. Tudo exatamente ao contrário do que vai acontecer. Se as ideias de Guedes prevalecerem, o país vai afundar numa crise econômica sem precedentes.

Desemprego acelera no país e atinge taxa recorde de 14,4%

Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil



E Guedes diz que o país “só perdeu um milhão de empregos” na pandemia



Foto: Helena Pontes/Agência IBGE de Notícias

Preço da carne dispara e começa a faltar no prato dos brasileiros

O preço da carne subiu 4,83%, na prévia de outubro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-15), que mede a inflação oficial do País. Foi o quinto aumento consecutivo. De janeiro a outubro de 2020, a alta é de 11,04%.

Os preços dos alimentos tiveram o maior impacto sobre o índice e, segundo analistas, o preço da carne bovina continuará seguindo em alta em novembro e dezembro, o que significa que mais uma vez os brasileiros, principalmente os mais pobres, cortarão a carne das festividades de final de ano, como ocorreu no mesmo período do ano passado.

“Para o último bimestre a tendência é de um movimento de alta ainda

mais consistente, mantendo a conjuntura de oferta restrita, somada a uma demanda aquecida, com ênfase nas exportações”, diz o analista de Sifras & Mercado, Fernando Henrique Iglesias.

Mas não será só a carne que deve faltar na mesa do brasileiro, os preços dos alimentos, como o arroz, feijão, óleo de soja, tubérculos e leguminosa, leite, entre outros, continuam em disparada nas gondolas dos supermercados.

Com a pandemia, o agronegócio brasileiro aproveitou o momento para elevar seus ganhos com a valorização do dólar sobre o real, ampliando as exportações, já que países exportadores frearam suas exportações para protegerem os seus

mercados internos da alta de preços e de escassez de alimentos.

Já Bolsonaro, diante da exportação alucinada do agronegócio, pediu aos produtores de soja, por exemplo, para “deixar um pouco aqui”. No domingo (25), ficou irritado com um senhor numa feira do Cruzeiro, no Distrito Federal, que reclamou do preço do arroz. O produto básico na cesta do brasileiro acumula alta de 20% no ano. “Quer que eu baixe na canetada? Você quer que eu table? Se você quer que eu table, eu table. Mas vai comprar lá na Venezuela”, disse Bolsonaro irritado.

Leia matéria completa no site: <https://horadopovo.com.br/preco-da-carne-dispara-e-bolsonaro-segue-sem-fazer-nada/>

Exportação descontrolada de soja faz explodir o preço do óleo de cozinha

“Vocês estão exportando tudo ou tá ficando um pouco aqui? Tem que ficar um pouquinho aqui. O preço tá bom também, né? Tem que ficar senão bagunça o preço do nosso óleo de soja”, disse na terça-feira (27) em reunião no Palácio da Alvorada, na qual estava presente, também, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Assim se resume a reação do presidente frente à crise de preços dos produtos de soja, especialmente do óleo de cozinha – item essencial da cesta básica.

Há duas semanas, o presidente Bolsonaro já havia indicado a apoiadores que em breve a ministra Tereza iria acertar um encontro com “os grandes produtores de soja”, e adiantou: “A gente não vai regular, a gente não vai interferir em nada, querer dar uma carteira, exigir, tabelar, isso não existe, é livre mercado”.

Ao invés da regulação, Bolsonaro e sua equipe optaram por zerar os impostos de importação de soja e milho – o mesmo que fez com o arroz – a despeito da produção nacional estar de vento em popa. O Brasil, a propósito da sua posição na produção de grãos em geral, ocupa a posição de

maior produtor de soja do planeta. O país alcançou a maior produção de grãos da história na safra 2019/2020 de acordo com a Conab, que confirmou marca inédita de 257,8 milhões de toneladas, ultrapassando a produção de então maior produtor, os Estados Unidos. Segundo estimativa do IBGE, na próxima safra, 2020/2021, o Brasil se manterá na liderança.

Um dos apoiadores presente na reunião teria dito, segundo informações do Valor, que o ano de 2020 foi o melhor para o setor – a despeito da pandemia. As cotações do preço da soja tem subido no mercado internacional por diversos fatores e é disso que o setor se beneficia, enquanto o mercado interno sofre uma crise de preços – que já atingiu também o arroz, outro item básico, que está inflacionado pelas alturas.

“O preço está bom, não é”, disse Bolsonaro, que em seguida elogiou a ministra Tereza Cristina.

Enquanto isso, o mercado interno e o consumidor tem se deparado com altas de preços que pressionam, inclusive, os índices gerais de inflação. No caso da prévia do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de

outubro a alta do óleo de soja foi de 22,34% – superando, inclusive, a pressão do arroz (+18,48%), tomate (+14,25%), das carnes (4,83%) e do leite longa vida (+4,26%).

Exportações

Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da USP divulgados na mesma terça-feira informaram que as exportações do agronegócio do Brasil atingiram um novo recorde nos nove primeiros meses de 2020, com um volume 16% superior ao registrado em igual período do ano anterior. O setor teve receita de US\$ 79 bilhões entre janeiro e setembro, alta de 8% na comparação anual.

No caso da soja, “o ritmo acelerado de processamento e a aquecida demanda, especialmente externa, reduziram rapidamente os estoques domésticos de soja e derivados, mesmo em um ano de recorde de produção. Assim, a disputa pelo grão restante está acirrada e os valores altos da paridade de exportação, sustentados pelo dólar valorizado, alavancam as cotações domésticas”, dizem os pesquisadores do Cepea.

São 13,8 milhões de desempregados no trimestre encerrado em agosto, diz IBGE. Dois milhões de vagas foram perdidas no emprego formal no período e em apenas um ano o Brasil perdeu 12 milhões de postos de trabalho

O desemprego continua batendo recorde no país e atingiu a taxa de 14,4% no trimestre encerrado em agosto, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad-Contínua), divulgada nesta sexta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a maior taxa de desocupação da série histórica desde 2012. São 13,8 milhões de brasileiros desempregados.

A pandemia, combinada com a total ausência de uma política econômica de socorro e estímulo econômico no período, também foram responsáveis pela menor taxa de ocupação até então apurada pela Pnad.

De acordo com a pesquisa, o número de pessoas ocupadas caiu 5% de um trimestre para o outro, totalizando 81,7 milhões. Foram fechados 4,3 milhões de postos de trabalho em apenas 3 meses, um aumento de 8,5% frente ao trimestre anterior. Em apenas um ano, quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, a queda é de 12,8%, o que representa 12 milhões de pessoas a menos no mercado de trabalho.

O nível de ocupação (46,8%) atingiu o patamar mais baixo da série histórica, com queda de 2,7 pontos percentuais ante o trimestre anterior (49,5%), quando, pela primeira vez na história da pesquisa, mais da metade da população em idade de trabalhar estava fora do mercado.

E diante da tragédia do desemprego, Paulo Guedes, ministro da Economia, diz que “o país só perdeu 1 milhão de empregos formais” e “manteve 11 milhões de empregos” na pandemia.

EMPREGO FORMAL CAI 6,5%

Segundo os dados do IBGE, o número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos), estimado em 29,1 milhões, foi o menor da série, caindo 6,5% (menos 2,0 milhões de pessoas) frente ao trimestre anterior e de 12,0% (menos 4,0 milhões de pessoas) ante o mesmo trimestre de 2019.

O número de empregados sem carteira assinada no setor privado (8,8 milhões de pessoas) caiu 5,0% (menos 463 mil pessoas) em relação ao trimestre móvel anterior e 25,8% (menos 3,0 milhões) ante o mesmo trimestre de 2019.

DESALENTO É RECORDE E INFORMALIDADE CRESCER

A população desalentada – que desistiu de procurar emprego –, atingiu o total de 5,9 milhões de pessoas e também foi recorde, com altas de 8,1% (mais 440 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e 24,2% (mais 1,1 milhão de pessoas) frente ao mesmo trimestre de 2019.

A taxa de informalidade

chegou a 38,0% da população ocupada (ou 31,0 milhões de trabalhadores informais). No trimestre anterior, a taxa foi 37,6% e, no mesmo trimestre de 2019, 41,4%.

POPULAÇÃO SUBUTILIZADA É DE 33,3 MILHÕES DE PESSOAS

A taxa composta de subutilização (30,6%) foi recorde na série, crescendo 3,1 p.p. em relação ao trimestre móvel anterior (27,5%) e 6,2 p.p. frente ao mesmo trimestre de 2019 (24,3%). A população subutilizada (33,3 milhões de pessoas) também foi recorde, subindo 9,7% (mais 3,0 milhões de pessoas) frente ao trimestre anterior e de 20,0% (mais 5,6 milhões de pessoas) contra o mesmo trimestre de 2019. São os que não conseguem emprego, trabalham menos horas do que gostariam, que não procuraram emprego mas estavam disponíveis para trabalhar ou que procuraram emprego mas não estavam disponíveis para a vaga.

ARROCHO NA RENDA

O rendimento médio real habitual (R\$ 2.542) no trimestre terminado em agosto subiu 3,1% frente ao trimestre anterior e 8,1% contra o mesmo trimestre de 2019. A massa de rendimento real habitual (R\$ 202,5 bilhões) caiu 2,2% (menos R\$ 4,6 bilhões) frente ao trimestre anterior e 5,7% (menos R\$ 12,3 bilhões) contra o mesmo trimestre de 2019.

Além da crise estar se agravando, as medidas de flexibilização do isolamento social contribuíram para o aumento da taxa de desemprego. Isso porque, na composição da taxa, é considerado desocupado apenas quem efetivamente procurou trabalho nos dias antecedentes à pesquisa, segundo o IBGE.

“Esse aumento da taxa está relacionado ao crescimento do número de pessoas que estavam procurando trabalho. No meio do ano, havia um isolamento maior, com maiores restrições no comércio, e muitas pessoas tinham parado de procurar trabalho por causa desse contexto. Agora, a gente percebe um maior movimento no mercado de trabalho em relação ao trimestre móvel encerrado em maio”, diz Adriana Beringuy, gerente da Pnad-Contínua.

“O cenário que temos agora é a queda da ocupação em paralelo com o aumento da desocupação. As pessoas continuam sendo dispensadas, mas essa perda da ocupação está sendo acompanhada por uma maior pressão no mercado”, diz a pesquisadora.

Com o fim do auxílio emergencial de R\$ 600 a tendência é a situação ficar ainda pior, agravada pela inércia do governo Bolsonaro diante da crise e da proposta de pacote de arrocho fiscal e manutenção de teto dos gastos e investimentos públicos zero na economia.

Guedes agrava desemprego com o veto à desoneração

Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, a prorrogação por mais um ano da desoneração da folha de pagamentos para empresas de 17 setores da economia, responsáveis por mais de 6 milhões de empregos no país, só sai com aumento de imposto.

Guedes voltou a defender nesta quinta-feira (29), durante a audiência pública da comissão mista da Covid-19 do Congresso Nacional, a recriação da extinta CPMF – que se daria através da criação de um imposto sobre transações financeiras realizadas por meio digital, que ele chamou de “Digitax”.

Após ter sua proposta rechaçada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que é contra o retorno da Contribuição Provisória sobre a Movimentação (CPMF), Paulo Guedes faz nova chantagem com os empresários, ao condicionar a desoneração da folha em troca da aprovação da nova CPMF. “Achemos que, com a criação de um imposto alternativo, desoneraríamos a todos para sempre e por mais tempo. Só que tanto lobby foi feito, tanta coisa foi criticada, tanta interdição aconteceu, que eu cheguei até, de uma forma, digamos assim, pacificadora, em véspera de eleições, eu cheguei a dizer ‘vai, eu desisto’. Fica todo mundo calmo, não tem mais imposto, não tem mais desoneração”, declarou Guedes, ao afirmar aos parlamentares que ele não vai aprovar a derrubada do veto de Bolsonaro para estender a desoneração da folha de pagamento até o final de 2021.

Leia matéria completa: <https://horadopovo.com.br/guedes-preferir-agravar-desemprego-mantendo-veto-a-desoneracao-da-folha/>

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.RJ 23.520.750/0001-90



Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Marizilda Crupe/Amazônia Real

Amazônia teve o pior outubro em 10 anos

Em 10 meses, queimadas na Amazônia e no Pantanal já batem recordes históricos

No acumulado de janeiro a outubro, as queimadas em 2020 na Amazônia são as maiores desde 2010 e no Pantanal são as maiores já registradas, aponta o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Desde o começo do governo Bolsonaro a destruição do meio ambiente tem aumentado. O número de focos de incêndio na Amazônia cresceu mais de 30% de 2018 para 2019, quando foram 89.176.

Somente até o fim de outubro, o ano de 2020 já superou esse número e foi para 93.356. Foi o pior mês de outubro registrado pelo instituto: 2.856 focos de incêndios durante os 31 dias.

No Pantanal, todos os recordes foram batidos. Durante 2020, o Inpe registrou o maior número de focos de incêndio desde o começo da série histórica, que começou em 1998.

No total, foram 21.115 focos de incêndio até o dia 31 de outubro.

A maior marca anual anterior era de 2012, quando foram 12.486.

As chamas consumiram 28% do bioma, afirma o Laboratório de Aplicações de Satélites Ambientais (Lasa), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O governo Bolsonaro, com seu ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, nada tem feito para impedir as queimadas.

Na verdade, por falta de recursos, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) determinou que todos os agentes de campo, inclusive os de combate às queimadas, voltassem para suas bases. Dias depois, voltaram às atividades com a promessa de mais repasses financeiros.

Além disso, o governo está mantendo paralisados, desde 2019, R\$ 2,9 bilhões do Fundo Amazônia, que deveriam estar sendo utilizados na preservação do meio ambiente.

Para Mariana Napolitano, da ONG ambientalista WWF-Brasil, "com a taxa de desmatamento aumentando nos últimos anos, o governo tem ignorado os alertas dos pesquisadores: desmatamento e incêndios florestais andam juntos".

A ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (Rede), acredita que Ricardo Salles foi colocado no Ministério não para proteger o meio ambiente, mas para destruí-lo. "Não faz nenhum sentido para os interesses estratégicos do país esse projeto do governo de aniquilar a agenda ambiental no Brasil", afirmou.

'Bolsonaro não tem educação e nem decoro. Vai responder na Justiça', afirma Flávio Dino

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), anunciou nesta quinta-feira (29), em suas redes sociais, que entrará com uma ação judicial contra Jair Bolsonaro por usar dinheiro público para fazer propaganda política no Maranhão além de ofender e fazer chacota com produtos da região.

"Bolsonaro veio ao Maranhão com sua habitual falta de educação e decoro. Fez piada sem graça com uma de nossas tradicionais marcas empresariais: o guaraná Jesus. E o mais grave: usou dinheiro público para propaganda política. Será processado", escreveu o governador maranhense. Enquanto se encaminhava para o segundo compromisso do dia, saindo da capital São Luís rumo à cidade de Imperatriz (MA), Bolsonaro zombou dos maranhenses após beber um copo de guaraná Jesus, bebida típica do estado.

Em meio a uma aglomeração e sem usar máscara, Bolsonaro se divertiu com a cor rosa da bebida. Logo após tomar os primeiros goles, ele começou a fazer piadas com as pessoas próximas enquanto fazia uma transmissão ao vivo em suas redes sociais.

"Agora eu virei boiola. Igual maranhense, é isso?", disse o presidente entre risos. "Guaraná cor-de-rosa do Maranhão aí, quem toma esse guaraná aqui vira maranhense", emendou depois Bolsonaro, mostrando a bebida. "Guaraná cor-de-rosa. Foda, foda", disse ele, ignorando as medidas de prevenção à contaminação pelo novo coronavírus.

"Bolsonaro tentou privatizar o SUS e se lascou, teve que recuar", disse Orlando Silva

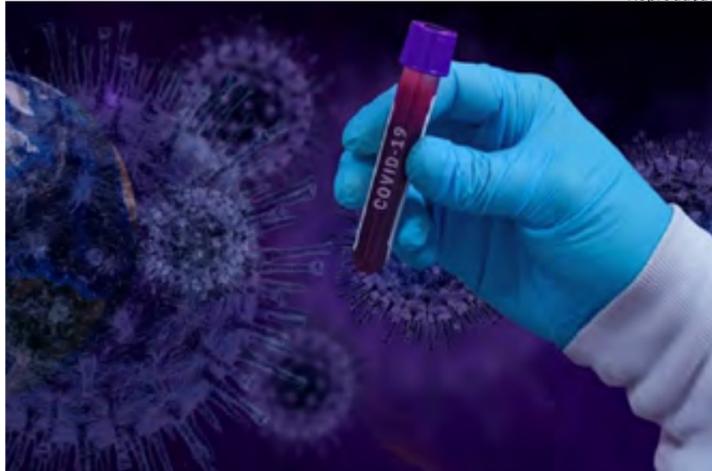
O deputado Orlando Silva (PCdoB), candidato a prefeito de São Paulo, comemorou nesta quarta-feira (28), em sua rede social, o recuo de Bolsonaro na tentativa de privatizar o SUS (Sistema Único de Saúde). "Bolsonaro tentou privatizar o SUS e se lascou, teve que recuar", disse o deputado.

Mais cedo, o candidato do PCdoB a prefeito de São Paulo, já havia alertado que "o SUS é uma conquista civilizatória do Brasil, responsável direto por salvar milhões de vidas". "Chega a ser inacreditável que, mesmo com a pandemia, Bolsonaro planeje privatizá-lo. Tire as mãos do SUS, Bolsonaro Genocida!", advertiu

Orlando. Agora, ele pergunta: "Será que a marionete do bolsonarismo, o pastel de vento, Celso Russomanno é a favor de acabar com o SUS também?"

Diante do protesto geral contra o decreto 10.350, publicado no Diário Oficial da União (DOU) da última terça-feira, assinado por Bolsonaro e Paulo Guedes, que autorizava o Ministério da Economia a realizar estudos sobre a inclusão das Unidades Básicas de Saúde (UBS) dentro do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI), o governo anunciou a sua revogação nesta quarta-feira (28).

Ibope-SP: contra Bolsonaro, 67% pedem a vacina CoronaVac



Reprodução

A CoronaVac da Sinovac e do Instituto Butantan está na fase três de testes Para o general Santos Cruz, há no governo 'despreparo, inconsequência e boçalidade'

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz, ex-ministro da Secretaria de Governo de Jair Bolsonaro, afirmou nesta quinta-feira (29), em entrevista ao site de notícias "Congresso em Foco", que o atual governo "desrespeita as instituições, os militares e a população em geral".

"O problema não é o tratamento com militares. Não pode haver diferença de tratamento entre militares e civis. Não pode haver esse tipo de discriminação. Isso aí tem que ser visto no contexto mais amplo. É o desrespeito geral aos cidadãos e às instituições. É desrespeito geral, por despreparo, inconsequência e boçalidade", disse o general.

O ex-ministro evitou citar o nome de Bolsonaro e de colegas ligados às Forças Armadas, alegando que os problemas causados pelo governo vão além das pessoas envolvidas.

Nos últimos dias, episódios envolvendo três generais expuse-

ram a forma como Bolsonaro trata os militares. São eles, os ministros Eduardo Pazuello (Saúde), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e o ex-porta-voz de Bolsonaro, Otávio Rêgo Barros.

O general Eduardo Pazuello garantiu na quarta-feira da semana passada (21) para 24 governadores que o Planalto compraria a vacina contra a Covid-19 da empresa chinesa Sinovac produzida em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo.

No dia seguinte, ele foi desautorizado por Bolsonaro e recuou da decisão. Em vídeo transmitido no Facebook do presidente, Pazuello apareceu ao lado de Bolsonaro e disse: "é simples assim, um manda e outro obedece".

Outro atrito foi quando o general Luiz Eduardo Ramos, atual ministro da Secretaria de Governo, foi criticado pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Salles chamou o

general de "maria fofoca" e não foi repreendido pelo presidente. O terceiro caso foi quando o general Otávio Rêgo Barros escreveu um artigo no jornal Correio Braziliense com duras críticas ao presidente.

Em seus comentários, o general Santos Cruz lembrou também da reunião ministerial de 22 de abril, que foi tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e expôs pressão de Bolsonaro sobre o ex-ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, para interferir na Polícia Federal.

"Junta todos os desprezitos e a reunião de 22 de abril e você vai ter um diagnóstico do padrão de liderança no país e o ambiente criado", afirmou.

O general saiu do governo em junho de 2019 após sofrer fortes ataques da milícia digital bolsonarista ligada ao astrólogo e guru do presidente, Olavo de Carvalho.

Ibope registra virada em São Paulo e Bruno Covas lidera com 26%

Russomanno, com apoio de Bolsonaro, caiu 5 pontos e está em segundo com 20%

Bruno Covas (PSDB) subiu quatro pontos e atingiu 26% das intenções de voto e lidera disputa pela Prefeitura de São Paulo, mostra a pesquisa do Ibope.

Bruno Covas, que está tentando sua reeleição, abriu seis pontos de diferença em relação ao segundo lugar, Celso Russomanno (Republicanos), em relação à última pesquisa Ibope, divulgada no dia 15 de outubro.

Celso Russomanno, que tem o apoio de Jair Bolsonaro, caiu cinco pontos, de 25% para 20% das intenções de voto. O terceiro lugar, Guilherme Boulos (PSOL), subiu de 10% para 13%; Márcio França (PSB) foi de 7% para 11%.

Jilmar Tatto (PT) tem 6% das intenções de voto, aponta a pesquisa. Arthur do Val (Patriota)

atingiu 3% e Joice Hasselmann tem 2%.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB), Andrea Matarazzo (PSD) e Levy Fidelix (PRTB) têm 1% das intenções de voto.

Vera Lúcia (PSTU), Marina Helou (Rede) e Antonio Carlos Silva (PCO) não atingiram 1%.

10% dos entrevistados disseram que pretendem votar nulo. 5% não sabem ou não responderam.

Segundo a pesquisa, Bruno Covas ganha em todos os cenários de segundo turno. Contra Celso Russomanno, Covas ganharia, hoje, de 47% contra 31%.

Contra Guilherme Boulos, o atual prefeito ganharia de 51% contra 26%.

Celso Russomanno ganharia de Guilherme Boulos de 43% contra 31%.

Reprodução



Celso Russomanno caiu e está agora com 20%

O presidente desautorizou o ministro da Saúde, que anunciou a compra de 46 milhões de doses da vacina

A posição de Bolsonaro contra a compra da CoronaVac, vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, é reprovada por 67% dos eleitores paulistanos, segundo pesquisa do Ibope, divulgada neste sábado (31).

Entre os consultados, 54% dos eleitores da cidade de SP dizem discordar totalmente e 13% discordam em parte da posição de Jair Bolsonaro contra a vacina, mesmo que ela seja aprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão responsável pela aprovação ou não de qualquer vacina que seja usada no Brasil.

A pergunta "O presidente Jair Bolsonaro anunciou que não pretende comprar a vacina contra o coronavírus desenvolvida na China mesmo que ela seja aprovada pelas autoridades competentes da área da Saúde. O(A) sr(a) concorda ou discorda do posicionamento do presidente da República?" foi feita a 1.204 votantes entre os dias 28 a 30 de outubro.

Veja as respostas: Discorda da posição do presidente: 67% (54% totalmente; 13% em parte);

Concorda com a posição

"É lógico que o governo vai comprar a vacina", afirma Mourão, sobre a CoronaVac

Em resposta ao seu vice, Bolsonaro disse que não delega decisão para ninguém e que: "a caneta Bic é minha"

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou à revista Veja, edição desta sexta-feira (30), que o governo vai sim comprar a CoronaVac, vacina contra a Covid-19 desenvolvida pela empresa chinesa Sinovac em parceria com o Instituto Butantan.

A declaração do vice diverge frontalmente do que disse Jair Bolsonaro. Ele havia garantido que não compraria a "vacina chinesa" mesmo com a autorização da Anvisa.

Para Mourão, a polêmica em torno da vacina da Sinovac e do Instituto Butantan é "briga política" com o governador de São Paulo, João Dória (PSDB). Segundo Mourão, "é lógico que o governo federal vai comprar doses do imunizante". "Já colocamos os recursos no Butantan para produzir essa vacina. O governo não vai fugir disso aí", destacou.

Bolsonaro chegou a desautorizar um acordo, feito pelo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, com 24 governadores, da intenção de compra de 46 milhões de doses da CoronaVac.

Além disso, Bolsonaro vem atacando Dória publicamente sobre

o presidente: 27% (19% totalmente; 8% em parte); Não concorda, nem discorda: 2%;

Não sabe ou não respondeu: 3%.

A soma dos percentuais não corresponde a 100% porque os dados são arredondados, para mais ou para menos, pelo Ibope, antes da divulgação da pesquisa.

A compra de cerca de 46 milhões de doses da vacina chegou a ser anunciada pelo ministro da Saúde, em reunião com 24 governadores, mas foi suspensa após o presidente desautorizar publicamente o seu ministro. Até o momento, o estado de SP assinou contrato com a Sinovac para a produção de 46 milhões de doses ainda em 2020.

A CoronaVac está em fase final de testes no Brasil e se mostrou segura. A vacina também deu mostras de que desenvolve forte imunidade contra o novo coronavírus.

Na sexta-feira (30) outra polêmica veio a público. Agora foi a vez do vice-presidente, Hamilton Mourão, anunciar que "é lógico que o governo vai comprar a vacina chinesa".

Logo após a declaração do vice, Bolsonaro afirmou que não delega decisão para ninguém e disse que: "A caneta Bic é minha".

a obrigatoriedade da imunização. Dória defende a imunização geral enquanto Bolsonaro diz que não vai tomar a vacina e ainda desestimula que outros tomem.

Mourão se disse confortável para discordar do presidente, mas comentou que polêmicas ocorreram porque, na sua visão, ele falou algo sem saber a opinião de Bolsonaro sobre o assunto. "A partir do momento em que eu sei o que ele pensa, fico em silêncio, mesmo que discorde", afirmou. No caso da vacina não foi o que ocorreu. Ele já sabia a opinião de Bolsonaro contra a compra e mesmo assim defendeu a opinião de que deve comprar.

O vice-presidente acrescentou ainda que as divergências são normais e ocorrem porque ele "tem vida".

Ele faz questão de ter o que chamou de "momentos de liberdade": fazer alongamento e exercício de manhã, comer fora de casa e tomar uísque com sua esposa às sextas-feiras e, no sábado, jogar vôleibol e "jogar conversa fora" no boteco. "Domingo saímos para almoçar ou vou à casa do meu filho para um churrasco", relatou.

Reprodução



Marília (PT), Delegada Patrícia (Podemos) e João Campos (PSB)

Ibope: João Campos mantém liderança e ganharia de todos no 2º turno em Recife

O deputado federal João Campos (PSB) está com 31% das intenções de voto para a Prefeitura do Recife, aponta Ibope. Em segundo lugar está Marília Arraes (PT) com 18%.

A pesquisa mostra a Delegada Patrícia (Podemos) em terceiro lugar, com 16% das intenções de voto. Em seguida vem Mendonça Filho (DEM), que despencou para 13%.

Os demais candidatos fazem 1% ou não foram citados. 14% dos entrevistados disseram que pretendem votar nulo e 4% não sabem ou não quiseram responder.

João Campos, que é neto de Miguel Arraes, célebre líder político pernambucano, e filho do ex-governador Eduardo Campos, está com grande liderança entre os jovens de 16 a 24 anos: 39% das intenções de voto.

Em relação à última pesquisa do Ibope, João Campos foi de 33% para 31%. Marília Arraes foi de 14%

para 18%; Delegada Patrícia foi de 13% para 16%.

O candidato bolsonarista Mendonça Filho, que chegou a estar em segundo lugar nas pesquisas, caiu de 18% para 13%.

Nos cenários simulados para o segundo turno, João Campos ganha em todos.

Contra a Delegada Patrícia, a vitória seria, hoje, de 45% dos votos para João Campos contra 38% para ela.

Contra Marília Arraes, o deputado faria 41% contra 34%. Contra Mendonça Filho, seria 41% contra 34%.

Delegada Patrícia venceria de Marília Arraes, por 44% contra 39%, e de Mendonça Filho, por 45% contra 33%.

A pesquisa ouviu 1.001 eleitores de Recife entre os dias 27 e 29 de outubro. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Ibope: Manuela amplia vantagem e vai a 27%

Candidata vence qualquer adversário no segundo turno

A pesquisa Ibope, divulgada pela RBS TV nesta quinta-feira (29/10), mostra a candidata Manuela D'Ávila (PCdoB) com a maior intenção de voto para a Prefeitura de Porto Alegre (RS), com 27%.

A deputada é seguida por Nelson Marchezan Júnior (PSDB) e Sebastião Melo (MDB), com 14%, e por José Fortunati (PTB), com 13%. Considerando a margem de erro da pesquisa, 3%, o atual prefeito, o ex-vice-prefeito e o ex-prefeito disputam o lugar no segundo turno, respectivamente.

Juliana Brizola (PDT) obteve 4%, João Derly (Republicanos) e Fernanda Melchionna (Pso) têm 3% das intenções de voto cada um. Os candidatos Gustavo Paim (PP) e Valter Nagelstein (PSD) têm 2%, Julio Flores (PSTU) e Rodrigo Maroni (Pros) marcaram 1%.

Luiz Delvaire Martins Barros (PCO) e Montserrat Martins (PV) não pontuaram na pesquisa.

Esta é a segunda pesquisa Ibope feita em Porto Alegre. Em relação à primeira, divulgada em 5 de outubro, Manuela passou de 24% para 27%.

Nelson Marchezan foi o candidato com maior variação, saltando de 9% para 14%, mas todos os candidatos oscilaram dentro da margem de erro. Os brancos e nulos oscilaram de 13% para 8%, enquanto os que não souberam ou não quiseram responder passaram de 11% para 8%.

SEGUNDO TURNO

Em um possível segundo turno, Manuela em todas as simulações. Contra Marchezan, ela obtém 45% contra 37%. Considerando a margem de erro, a candidata do PCdoB está em empate técnico nas disputas com Melo e Fortunati.



Eduardo Paes aumenta a liderança e é seguido por Martha Rocha, Marcelo Crivella e Benedita da Silva RJ: Paes amplia vantagem e Bolsovella perde para Martha e Bené no 2º turno, diz Ibope

O ex-prefeito Eduardo Paes (DEM-RJ) ampliou a sua vantagem na disputa à Prefeitura do Rio e chegou a 32% das intenções de votos, na pesquisa Ibope divulgada na sexta-feira (30).

Estão disputando o segundo lugar o atual prefeito Marcelo Crivella (Republicanos), que tem o apoio declarado de Bolsonaro, com 14%, e a deputada estadual Martha Rocha (PDT) também com 14% das intenções de votos. Em seguida vem a deputada federal Benedita da Silva (PT) com 9%.

Depois vêm: Luiz Lima (PSL), 4%; Bandeira de Mello (Rede), 2%; Renata Souza (PSOL), 2%; Fred Luz (Novo), 1%; Paulo Messina (MDB), 1%; Cyro Garcia (PSTU), 0%; Clarissa Garotinho (Pros), 0%; Glória Heloiza (PSC), 0%; Henrique Simonard (PCO), 0%; e Suéd Haidar (PMB), 0%.

Veja:

Eduardo Paes (DEM): 32%
Crivella (Rep): 14%
Martha Rocha (PDT): 14%
Benedita da Silva (PT): 9%
Luiz Lima (PSL): 4%
Bandeira de Mello (Rede): 2%
Renata Souza (PSOL): 2%
Fred Luz (Novo): 1%
Paulo Messina (MDB): 1%
Cyro Garcia (PSTU): 0%
Clarissa Garotinho (Pros): 0%
Glória Heloiza (PSC): 0%
Henrique Simonard (PCO): 0%
Suéd Haidar (PMB): 0%

Manuela (PCdoB) x Melo (MDB)

- Manuela: 43%
- Melo: 40%
- Branco/nulo: 14%
- Não sabe: 3%

Manuela (PCdoB) x Marchezan (PSDB)

- Manuela: 45%
- Marchezan: 37%
- Branco/nulo: 16%
- Não sabe: 3%

Manuela (PCdoB) x Fortunati (PTB)

- Manuela: 41%
- Fortunati: 40%
- Branco/nulo: 16%
- Não sabe: 3%

Fortunati lidera nas simulações contra Melo e Marchezan, enquanto Melo venceria Marchezan em um duelo dos dois.

Fortunati (PTB) x Marchezan (PSDB)

- Fortunati: 46%
- Marchezan: 30%
- Branco/nulo: 20%
- Não sabe: 4%

Fortunati (PTB) x Melo (MDB)

- Fortunati: 42%
- Melo: 34%
- Branco/nulo: 20%
- Não sabe: 5%

Marchezan (PSDB) x Melo (MDB)

- Marchezan: 32%
- Melo: 45%
- Branco/nulo: 18%
- Não sabe: 4%

Foram ouvidos 805 eleitores da cidade de Porto Alegre, entre 27 a 29 de outubro. O nível de confiança utilizado é de 95%. Isso quer dizer que há uma probabilidade de 95% de os resultados retratarem o atual momento eleitoral, considerando a margem de erro.



Candidata passou de 24 para 27% na segunda pesquisa Ibope

Brasil chega ao dia de Finados com mais de 160 mil mortos por Covid-19

Neste dia dois de novembro de 2020, Dia de Finados, o Brasil ultrapassou a triste marca da morte de mais de 160 mil pessoas pela Covid-19. O feriado, que tem por base a fé cristã, é tradicionalmente uma data para a celebração e respeito à memória dos entes queridos.

Entretanto, o que vemos por parte do presidente da República é, mais uma vez, o seu completo descaso. Com as vítimas da pandemia e com todos os brasileiros.

Segundo o levantamento do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (Conass) desta segunda-feira (02), o país chegou a 160.253 óbitos e 5.554.206 pessoas infectadas pelo coronavírus desde o início da pandemia.

Neste dia de Finados, a primeira manifestação pública de Jair Bolsonaro foi uma publicação em suas redes sociais em defesa do aumento do número de armas nas mãos de seus seguidores e do seu filho, ignorando o luto vivido por tantas famílias brasileiras.

Disse Bolsonaro: “Povo armado jamais será escravizado. Muitos trabalharam e ainda se empenham para se evitar o desarmamento nos moldes de outros governos. Se a Veja pretendia atingir negativamente o Vereador @CarlosBolsonaro, acabou dando mais um tiro no próprio pé”, postou Bolsonaro, nesta segunda-feira, 2, em sua conta no Twitter.

A publicação faz referência a uma reportagem da revista “Veja” – “Carlos Bolsonaro atuo para barrar o controle de armas e munições no país”, em que é relatada a atuação do zero dois de Bolsonaro para impedir a fiscalização das armas.

Mais uma vez, Bolsonaro mostra que a única família



Marca foi ultrapassada no domingo, véspera do feriado

que ele se solidariza é a dele mesmo.

Além de não se solidarizar com as vítimas, Bolsonaro tenta agora sabotar a vacina que pode salvar a vida de milhões de brasileiros. É vergonhosa a atuação de Bolsonaro para que o Brasil permaneça na pandemia, numa situação em que centenas de pessoas estão morrendo diariamente.

Bolsonaro tenta impedir que o povo brasileiro tenha acesso à vacina CoronaVac, que está sendo desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo. Ele desautorizou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e negou o acordo entre o órgão federal e o governo de São Paulo para apoiar o desenvolvimento e a inclusão da vacina no programa de imunização. Segundo Bolsonaro “a vacina chinesa não será comprada” pelo governo federal.

O resultado de seu incentivo à barbárie é o vergonhoso ato na Avenida Paulista no domingo (01), em que menos de 300 bolsonaristas se aglomeravam em frente a um carro de som gritando contra a vacina e contra o governador de São Paulo, João Dória.

Rússia e Paraná enviam documentos iniciais para registro da vacina Sputnik V na Anvisa

O Fundo de Investimentos Diretos da Rússia (RDIF), a farmacêutica União Química e o governo do Paraná encaminharam documentos preliminares para o pedido de registro da vacina russa Sputnik V à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As informações foram enviadas à agência na última quinta-feira (29).

Na última quarta (28), o RDIF informou que submeteu à Organização Mundial da Saúde (OMS) um pedido de aprovação de uso emergencial da Sputnik V. Caso receba a pré-qualificação, o imunizante poderá ser pleiteado para aquisição em larga escala por organizações internacionais e governos.

Em nota, a Anvisa esclareceu que “não recebeu, até o momento, nenhum pedido de registro referente à vacina Sputnik V. Também não há nenhum pedido formal que trate da autorização de pesquisa clínica no Brasil para a vacina em questão.”

Agência acrescentou que “recebeu nesta quinta-feira (29) um e-mail do laboratório União Química comunicando sobre a apresentação apenas de documentos prévios. Os documentos foram enviados com um pedido para que a Anvisa faça uma análise prévia, antes da apresentação formal do pedido de pesquisa.”

A União Química fechou um acordo

com o governo russo para produção do imunizante contra a Covid-19 no Brasil e distribuição para toda a América Latina. A expectativa é que ele seja comercializado a menos de US\$ 5 – cerca de R\$ 28 – no primeiro trimestre do ano que vem a países que assumirem gastos da produção em larga escala.

Em novembro, está prevista uma visita de técnicos russos à fábrica principal da companhia em Brasília para organizar a produção. O laboratório foi inaugurado em 2017 com investimento de US\$ 30 milhões e é considerado um dos mais modernos do país. O centro de distribuição será em Guarulhos, São Paulo.

“O RDIF e a União Química, com o apoio do Governo do Paraná, cooperam de forma proativa com a Anvisa, que tem desempenhado papel fundamental e sensível neste momento de pandemia para registrar a vacina Sputnik V no país. O registro permitirá passar à produção, bem como à distribuição da vacina no território brasileiro em breve. Enquanto a situação com a pandemia do coronavírus no mundo ainda não está melhorando, a parceria em relação à Sputnik V permitirá coordenar os esforços dos nossos países e disponibilizar à população brasileira uma vacina segura e eficaz”, disse Kirill Dmitriev, CEO do RDIF.



Retirada de amostras de basalto para datações durante a escavação na Jordânia no ano de 2013

Da África para o mundo

WALTER NEVES

Instituto de Estudos Avançados-USP

A evolução de nossa linhagem, a dos hominínios, ocorreu nos últimos 7 milhões de anos e ela é marcada pela aquisição da bipedia, ou seja, o andar ereto sobre duas pernas. Nenhuma outra linhagem primata apresenta essa característica. Tanto os pré-australopithecínios, datados entre 7 e 5 milhões de anos, quanto os australopithecínios, datados entre 5 e 2,5 milhões de anos, já andavam sobre duas pernas em posição vertical, entretanto dispunham de um cérebro minúsculo similar àquele dos chimpanzés, de cerca de 450 cm³. Cabe enfatizar que nosso cérebro tem por volta de 1.350 cm³. Entretanto, entre 7 e 2,5 milhões de anos, a bipedia não era exatamente como a nossa. No começo esses bipedes apresentavam braços longos e pernas curtas, ao passo que nós apresentamos braços curtos e pernas longas. Em outras palavras, os primeiros bipedes andavam em pé quando no chão, de forma cambaleante, mas ainda eram excelentes trepadores de árvores, característica essa que foi perdida no gênero Homo. Chamamos o primeiro tipo de bipedia de bipedia facultativa, ao passo que a segunda denominamos bipedia estritamente terrestre. Um outro ponto a enfatizar é que entre 7 e 2,5 milhões de anos toda a evolução dos hominínios se deu na África.

A primeira saída do continente africano se deu por volta de 2,5 milhões de anos, logo após o surgimento do gênero Homo, gênero ao qual pertencemos. O surgimento do gênero Homo se deu também na África, na medida em que as florestas foram sendo substituídas por savanas naquele continente. Esses primeiros Homo ainda tinham um cérebro pequeno, de cerca de 600 cm³. O que mais marca seu surgimento é a bipedia estritamente terrestre. Muito provavelmente foi nossa capacidade de caminhar de forma mais eficiente que os pré-australopithecínios e os australopithecínios, que nos permitiu sair da África e ocupar novos territórios na Eurásia e talvez, também, na Europa.

Discute-se muito qual foi a primeira espécie do gênero Homo. Há três possibilidades: Homo habilis, Homo rudolfensis e Homo erectus. Até pouco tempo, acreditava-se que as três espécies teriam surgido mais ou menos na mesma época na África, ou seja, por volta de 1,8 milhões de anos. Pesquisas mais recentes têm evidenciado, entretanto, que o candidato mais provável é o Homo habilis, já que restos dessa espécie tem sido encontrados na Etiópia por volta de 2,8 milhões de anos. Outra questão pendente é quando e a partir de quem teria surgido uma espécie muito importante na nossa evolução: o Homo erectus. Até dois anos atrás assumia-se que essa espécie também teria surgido na África por volta de 2 milhões de anos e que teria sido o primeiro hominínio a deixar esse continente. O Homo erectus, além de ser estritamente terrestre já apresentava uma caixa craniana bem maior, com cerca de 800 cm³.

A primeira evidência do gênero Homo fora da África está datada em 1,8 milhões de anos. Sabemos isso a partir dos estudos da jazida paleoantropológica de Dmanisi, na República da Geórgia, no Cáucaso. Ali foram encontrados cinco crânios que por falta de uma melhor opção têm sido classificados como Homo erectus. Entretanto, escavações efetuadas por meu grupo de trabalho entre 2013 e 2015 na Jordânia, Oriente Médio, mostraram que a saída da África ocorreu 700 mil anos antes do que se pensava, ou seja, ela teria ocorrido por volta de 2,5 milhões de anos e não há 1,8 milhões de anos. Isso coloca uma importante questão: será realmente que o Homo erectus foi o primeiro hominínio a deixar a África? Difícil, já que os vestígios mais antigos dessa espécie na África não ultrapassam 1,8 milhões de anos. Nossa proposta, recentemente publicada na revista Evolutionary Anthropology, é que o primeiro hominínio a deixar o continente africano foi o Homo habilis, já que ele estava presente naquele continente desde 2,8 milhões de anos. Nossa proposta ajuda também a entender melhor os cinco crânios encontrados em Dmanisi. Esses crânios, apesar de serem classificados como Homo erectus, não apresentam ainda todas as características dessa espécie. Um olhar mais detido sobre esses crânios mostra, que, na verdade, eles apresentam ainda algumas características do Homo habilis. Por exemplo, a capacidade craniana desses hominínios varia entre 540 e 750 cm³. Com nossas descobertas na Jordânia fica muito mais fácil entender o caráter de transição entre habilis e erectus evidenciados por esses crânios. Nesse novo contexto, talvez a melhor opção seria chamar esses crânios de Homo georgicus, uma espécie de “transição” entre habilis e erectus. Muito provavelmente, então, o Homo erectus teria surgido no Cáucaso e dali se espalhado pelo mundo, tendo inclusive voltado para a África.

Na África o Homo erectus teria dado origem a uma nova espécie, por volta de 600 mil anos atrás. Essa espécie é denominada Homo heidelbergensis e sua maior característica é exibir crânios já bastante volumosos, por volta de 1.250 cm³. Com tamanho cérebro não é de se admirar que essa espécie rapidamente se expandiu para quase todo o planeta, desde a Europa Ocidental até o extremo Oriente. Na Europa, o heidelbergensis deu origem aos famosos neandertais, certamente resultado de uma forte seleção natural imposta pelo extremo frio daquele continente. Já na África, por volta de 300 mil anos, como mostram achados recentes no Marrocos, nossa espécie (Homo sapiens) finalmente começou a se diferenciar. Os primeiros crânios incontestavelmente sapiens são encontrados na Etiópia e são datados de cerca de 195 mil anos. Entretanto, nossa espécie só começou a se expandir para fora da África apenas por volta de 130 mil anos.

Por que demoramos tanto para sair da África? Por uma razão muito simples: entre 195 e 130 mil anos atrás nosso cérebro, apesar de grande, ainda não era capaz de pensar simbolicamente. Isso só ocorreu por volta de 130 mil anos no continente africano. E como sabemos isso? Muito simples: as primeiras evidências de arte são datadas dessa época e são encontradas na África do Sul. O pensamento simbólico levou a uma explosão de criatividade em todos os aspectos de nossa espécie, inclusive tecnologicamente. Com uma tecnologia jamais vista nos 7 milhões de anos de evolução dos hominínios, nossa espécie, na medida que saiu da África, foi substituindo em todo o planeta formas arcaicas ainda existentes. Os últimos a serem substituídos foram os neandertais, entre 40 e 30 mil anos.

Espero ter demonstrado que a África foi incontestavelmente o berço da maior parte do percurso que levou, eventualmente, à nossa espécie. De muitas maneiras todos somos, um pouco, africanos.

Parlamentares denunciam corte de R\$ 40 bilhões do SUS em 2021

Frente reúne mais de 200 parlamentares contra a redução da verba no próximo ano

Deputados federais e senadores criaram a Frente Parlamentar Mista pelo Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com o objetivo de ampliar os recursos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e garantir o atendimento à população, especialmente no período pós-pandemia.

A Frente, que congrega mais de 200 parlamentares, foi proposta pelo vice-líder do PCdoB na Câmara, deputado Márcio Jerry (MA), e pelo senador Weverton Rocha (MA), líder do PDT no Congresso. A criação da Frente teve o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e reúne parlamentares de 23 partidos.

Conforme dados do Conselho Nacional de Saúde, em 2021, como o orçamento emergencial para a pandemia não existirá mais, o SUS perderá cerca de R\$ 40 bilhões em comparação aos recursos do Ministério da Saúde em 2020. Isto porque, como prevê o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2021 da União, enviado ao Congresso Nacional, a proposta retoma as regras da EC 95/2016, que congelou investimentos em saúde e demais áreas sociais até 2036.

“A perda prevista para 2021 deve interferir de forma drástica em inúmeras ações do SUS, visto que haverá demanda reprimida diante da pandemia, além da ausência de recurso para manu-

tenção do legado adquirido, que pode resultar em milhares de respiradores e leitos de UTI inutilizados em depósitos”, diz a entidade.

“O primeiro esforço concentrado da Frente SUS é a ação, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, em defesa de mais recursos para a saúde. Não podemos aceitar, como quer o governo Bolsonaro, redução de recursos”, afirmou o deputado Márcio Jerry, que presidirá a Frente.

Segundo Jerry e o senador Weverton Rocha, que será o vice-presidente da Frente, “o SUS recebeu o merecido reconhecimento mundial durante a pandemia, mas sempre foi um modelo de excelência com pouco apoio, o que reacende a necessidade de afiançar verbas de forma permanente”. Para o senador, é preciso “defender o SUS e garantir financiamento para que toda a população possa ser atendida”.

Para o deputado federal Gonzaga Patriota (PSB-PE), um dos parlamentares que assinou a lista para criação da Frente, “a pandemia mudou a percepção de muitas pessoas em relação ao SUS e mesmo com tantas dificuldades, o Sistema conseguiu salvar vidas”.

“Os profissionais estão lutando diariamente ainda para enfrentar essa doença e o nosso papel é buscar investimentos e valorizar o trabalho que eles estão realizando”, destacou Patriota.

Petroleiros condenam privatização de campos terrestres no Nordeste

O Sindicato dos Petroleiros de Alagoas e Sergipe (Sindipetro AL/SE) está realizando uma campanha contra a privatização dos campos terrestres da Petrobras no Polo de Carmópolis, Sergipe. Com uma série de atividades e mobilizações, o sindicato pretende alertar o conjunto da sociedade sobre os malefícios e retrocessos do desmantelamento da estatal para a economia do estado, do Nordeste e do país.

“A Fafen [Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados] está parada, o Tercarmo [Terminal de Oleoduto de Aracaju] parado, as plataformas hibernadas, a sede da Petrobras na rua do Acre fechada, resta apenas o Polo de Carmópolis, que foi anunciada sua venda. Com a venda, a Petrobras deixa de atuar em Sergipe, e o que isso significa? Desemprego e queda expressiva na economia do Estado, porque empresa privada não paga royalties e nem vai absorver todos os trabalhadores”, alerta Fernando Borges, diretor do Sindipetro AL/SE.

Fernando ressalta que a luta do sindicato não se trata apenas de defender a Petrobras para garantir o salário dos petroleiros num momento em que o desemprego no país já é um dos maiores registrados em toda a história, mas principalmente para garantir que a Petrobras continue sendo uma empresa do povo, pela soberania do país e para que a riqueza do Brasil continue nas mãos dos brasileiros.

“A Petrobras foi criada por força de Lei, pela luta da sociedade que entendeu que o petróleo brasileiro é do brasileiro. A Petrobras foi criada para desenvolver e garantir a soberania do país, e agora ela está sendo entregue a outros países. Essa política de desinvestimento da Petrobras vem desde o governo de Fernando Collor e todos os governos desde então

contribuíram para esse desinvestimento. O Brasil está se tornando uma colônia de outros países, principalmente dos Estados Unidos. A sociedade tem que acordar e lutar pelo que é seu”, enfatiza.

O diretor lembra que, com a venda do Polo de Carmópolis, os trabalhadores terceirizados não serão aproveitados e os concursados, que já foram transferidos de Aracaju para lá com o fechamento do Terminal de Oleodutos (Tercarmo) e da sede administrativa da Petrobras, também não têm destino certo.

Fernando diz ainda que o que a Petrobras tem oferecido como solução para os trabalhadores o Plano de Demissão Incentivada (PDI) e o Plano de Demissão Voluntária (PDV).

Na última semana, a Petrobras anunciou a venda de 11 campos de produção terrestres localizados em diferentes municípios de Sergipe. De acordo com a Petrobras, o Polo Carmópolis compreende além das 11 concessões de produção terrestres, acesso à infraestrutura de processamento, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural.

O Sindicato denuncia ainda que a direção da Petrobras já havia anunciado a venda de sua participação em um conjunto de sete concessões terrestres e de águas rasas localizadas em Alagoas. “Na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte o processo de privatização também já foi iniciado. E o fim da Petrobras em território nordestino”, diz o Sindipetro em informativo.

O Polo de Carmópolis possui quase 3.000 poços em operação, 17 estações de tratamento de óleo, uma estação de gás em Carmópolis, aproximadamente 350 km de gasodutos e oleodutos, além das bases administrativas de Carmópolis, Siririzinho e Riachuelo.



“Privatizar Eletrobras é proposta arcaica”, afirma Flávio Dino

FLÁVIO DINO*

Em março, quando a OMS declarou haver uma pandemia de Covid-19, era impossível não prever que a crise sanitária agravaria fortemente as dificuldades econômicas já enfrentadas pelo País. Naquele momento, em nome de um objetivo maior – o de mitigar os efeitos devastadores da doença nas famílias, nas empresas e nos empregos – esperava-se que o governo federal liderasse a travessia com medidas consistentes voltadas a esses propósitos. Porém, não foi o que aconteceu.

A primeira reação do ministro Paulo Guedes foi insistir numa agenda de reformas retrógradas, com cara de anos 80 e inspiração em Reagan e Thatcher — que já enfrentava dificuldades em deslançar. A realidade, como se sabe, tem o poder de mudar planos, e o governo foi vencido pelos outros poderes. Foi obrigado a usar recursos públicos em programas emergenciais, sobretudo voltados para a população de baixa renda. Ainda assim, só graças à ação do Congresso que o valor do auxílio emergencial foi elevado, de 200 reais, como queria o governo, para 600 reais, ajudando o Brasil a atravessar a crise.

Entretanto, o governo Bolsonaro nunca abandonou a retórica privatista. Nem a pandemia ou a evidente resistência a essa vertente parecem mudar sua visão do papel do Estado. Agora, tal retórica recrudescer com a desvairada ideia de privatizar o SUS e sob o argumento de que os recursos da venda da Eletrobras, a maior empresa de geração elétrica da América Latina, podem reduzir o déficit fiscal agravado pela crise.

Os números não sustentam os planos do governo federal. Do ponto de vista fiscal, a privatização da Eletrobras é irrelevante. Apenas para este ano, a projeção de déficit já está na casa dos 877 bilhões de reais. O governo prevê arrecadar cerca de 12,5 bilhões de reais com a venda da empresa. Ou seja, o Brasil abriria mão de sua soberania energética e, em troca, não cobriria sequer uma semana do rombo nas contas públicas. É bom ressaltar que, ao longo dos últimos 20 anos, a Eletrobras pagou mais de 15 bilhões de reais à União em dividendos.

Usar a proteção aos mais pobres como argumento para vender a estatal carece de lógica. O dinheiro da privatização é um evento único e não teria utilidade, por exemplo, para um programa permanente de distribuição de renda, como diz pretender o governo na tentativa de reciclar o Bolsa Família. Além disso, sobram estudos mostrando que a privatização vai acarretar aumento na conta de luz.

A Eletrobras é uma empresa lucrativa. Tem baixo endividamento e conta com cerca de 15 bilhões de reais em caixa. São recursos disponíveis para investimento em obras no setor elétrico, na produção de energia limpa e barata, e com capacidade de gerar emprego e renda. Este sim é um destino moderno para a Eletrobras, em sintonia com os tempos que vivemos. Privatizar, neste caso, é arcaico.

Não há qualquer garantia de que uma Eletrobras controlada pelo capital estrangeiro vá optar pelo caminho do investimento no País, deixando de enviar ao exterior os lucros obtidos às custas do consumidor brasileiro. O setor privado está cauteloso diante das incertezas no Brasil e no mundo, e investimentos têm sido adiados. A ABDIB (Associação Brasileira da Indústria de Base e Infraestrutura) afirma que, diante desse quadro de dificuldade, cresce a “importância de recuperar o investimento público, até o momento em que os agentes privados enxerguem com mais clareza um horizonte de segurança para investir”.

Oito meses depois do início da pandemia, existem muitos números dramáticos no País. Mais de 158 mil brasileiros já perderam a vida para o coronavírus, enquanto a recessão já deixou mais de 13 milhões sem ocupação. A realidade exige trabalho árduo. O Estado deve dispor de todos os seus instrumentos, como bancos, fundos públicos e empresas, para enfrentar a crise com investimentos e medidas concretas. Propostas atrasadas como a privatização da Eletrobras não se encaixam nessa moldura.

*Governador do Maranhão, foi juiz federal (1994-2006) e deputado federal (2007-2011)

Texto extraído do portal Carta Capital



Aporte emergencial aplicado no SUS esse ano poderá ser cortado em 2021



Previsão orçamentária do próximo ano exclui verba emergencial deste ano

Governo rompe promessa e diz que não tem verba para 13º salário do Bolsa Família

O 13º salário para os beneficiários do Bolsa Família, que foi instituído no ano passado, e prometido por Bolsonaro que seria pago anualmente, não está garantido para este ano, segundo o Ministério da Economia.

De acordo com informações divulgadas pelo portal Jovem Pam, o Ministério informou em nota que a pasta não possui a verba necessária para o pagamento do benefício, contradizendo a promessa do presidente.

O 13º foi instituído através de uma medida provisória, a MP 898, que só tratava do abono natalino

para 2019, quando 13 milhões de pessoas receberam o benefício. Mudanças para que o abono fosse permanentemente chegaram a ser aprovadas em uma comissão do Congresso, mas o governo atuou para que a MP com as alterações caducasse e perdesse a validade.

Para ser pago este ano o governo teria que ter feito uma nova medida provisória ou enviado um projeto de lei ao Congresso Nacional. Assim, em meio à grave crise econômica gerada pela pandemia, alta do desemprego e carestia desenfreada, permanece a indefinição sobre um benefício já prometido pelo

presidente.

Além disso, milhares de beneficiários do Bolsa Família que receberam uma quantia maior com o auxílio emergencial e tiveram essa renda rebaixada com o corte pela metade do auxílio, vão ficar sem o abono natalino esperado exatamente quando vão receber a última parcela de R\$ 300, em dezembro.

O Bolsa Família é pago para as famílias de extrema pobreza, com renda mensal por pessoa de até R\$ 89 ou para famílias com entre R\$ 89,031 e R\$ 178 por pessoa, mas que tenham crianças e adolescentes de até 17 anos, e gestantes.



Bradesco fecha 372 agências e demite 853 no último trimestre, enquanto lucro sobe 29,9%

Em meio ao agravamento da crise econômica devido à pandemia do novo coronavírus, o Bradesco demitiu 853 trabalhadores, no terceiro trimestre de 2020, ao mesmo tempo que obteve lucro líquido recorrente de R\$ 5 bilhões de reais no mesmo período. No primeiro semestre de 2020, mesmo com pandemia, o banco ficou no topo da lista das companhias abertas com os maiores lucros na América Latina.

Segundo levantamento realizado pela Economática, o Bradesco fechou o primeiro semestre com lu-

cro líquido de US\$ 1,257 bilhão (R\$ 6,888 bilhões), superando o Itaú Unibanco, que teve ganho de US\$ 1,246 bilhão (R\$ 6,825 bilhões).

Ainda assim, o banco fechou 372 agências no terceiro trimestre, depois de já ter encerrado 311 unidades na primeira metade do ano.

O lucro do terceiro trimestre representa uma alta de 29,9% na comparação com o segundo trimestre, quando o banco lucrava R\$ 3,873 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, o valor

representa uma queda de 23,1%, quando lucrava R\$ 6,542 bilhões.

Segundo os dados da edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, que avalia os impactos da pandemia (Pnad Contínua-Covid), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação da população economicamente ativa alcançou no mês passado 14%, o que representa 13,4 milhões de pessoas. Trata-se do nível mais alto de desemprego de todo o período de pandemia.

IBGE registra menor nível de contribuintes da previdência

Com o desemprego batendo recordes no país, o total de pessoas contribuindo para a Previdência atingiu a menor nível da série histórica da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), que teve início em 2012 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o IBGE, no trimestre encerrado em agosto, o total de pessoas contribuindo para a Previdência caiu para 53.342 milhões.

A queda no emprego formal, que chegou a 14,4% no trimestre encerrado em agosto tem reflexo imediato na contribuição previdenciária.

São 13,8 milhões de desempregados e, apenas em um trimestre, 3.014 milhões de pessoas deixaram de contribuir com a Previdência, segundo o IBGE.

Se os dados dos últimos dois trimestres forem somados, ou seja, o patamar de fevereiro

deste ano, na pré-pandemia, são 5.630 milhões de contribuintes a menos.

“A perda na ocupação é realmente muito expressiva, ela marca a série histórica da pesquisa”, afirmou Adriana Beringuy, analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE.

Segundo Adriana, o que vemos é “uma população ocupada diminuindo, e isso aí está ligado com o processo de dispensa. Todas as atividades, com exceção da agricultura, estão em processo de dispensa”, afirmou.

Ela afirma que esse índice de desemprego seria ainda maior “caso a população inativa, também recorde, decidisse procurar trabalho”.

“Pode estar havendo um desestímulo por essa procura por trabalho já pelos efeitos econômicos da pandemia, e não pela ameaça de contágio”, apontou Adriana.

Tribunal Supremo Eleitoral diploma Luis Arce presidente da Bolívia



Compromisso de Arce é reativar a produção e a demanda interna

Uruguaios ocupam Montevideu contra pacote de arrocho do governo Lacalle

Milhares de pessoas tomaram as ruas centrais de Montevideu na quarta-feira (28), exigindo a revogação da Lei de Urgente Consideração (LUC), um pacote de medidas que atua sobre o orçamento nacional e foram baixadas pelo governo de Luis Lacalle Pou. O pacote recebeu rechaço imediato dos sindicatos, organizações sociais e partidos de oposição.

As medidas reunidas na LUC foram apresentadas por Lacalle Pou – que está no governo desde 1º de março, ao vencer a Frente Ampla nas eleições presidenciais passadas.

Com o pacote, são atingidas diversas áreas fundamentais, a exemplo da educação, saúde, trabalho, economia e meio ambiente. Trata também da flexibilização da ação policial ampliando o espectro da denominada “legítima defesa” e cria mais restrições ao direito de greve.

Rejeitando o conjunto das recentes medidas, a central Plenário Intersindical de Trabalhadores – Convenção Nacional de Trabalhadores (PIT-CNT) declarou que “é contra o abaixamento salarial para os trabalhadores do setor público, contra os artigos que limitam ou eliminam direitos dos trabalhadores”, e exige que, no orçamento, sejam incluídos recursos para a educação, a moradia e a saúde e que o projeto aprovado abandone seu caráter neoliberal e se posicione “contra o arrocho” que dá o tom das medidas. Também reivindica a participação ativa do Estado na reativação econômica e criação de empregos.

O presidente do PIT-CNT, Fernando Pereira, um dos



Pacote afeta o trabalho, a educação e a saúde

oradores no ato que ocorreu na frente do Palácio da Legislativo, afirmou que “se há cortes, haverá luta, e aqui estamos lutando. Esta não é uma luta qualquer porque quando começou a pandemia dissemos que são necessárias medidas e, em conjunto com a organização Intersocial propusemos um salário de emergência para atender a todas as carências dos 300.000 uruguaios que ficaram sem renda. Porém, qual é a resposta até agora? Pessoas passando mal, pessoas sem ingressos, pessoas sem trabalho, bairros descuidados. Propusemos uma alimentação básica, uma cesta de serviços públicos e até agora não há resposta”.

Pereira assinalou que o movimento sindical colherá assinaturas com o objetivo de levar a referendo a Lei aprovada pelo governo. Após frisar que é “uma lei horrível”, o líder sindical expressou sua confiança em obter o resultado desejado.

“Vamos anulá-la, vamos trabalhar e vamos anulá-la. Em poucas semanas, logo que esteja pronto o texto, vai ter dezenas de milhares de assinaturas, por-

“Ratifico meu compromisso com o trabalho e o amor à Pátria”, afirmou o presidente eleito, Luis Arce, que toma posse no domingo(8)

O Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Bolívia realizou, na quarta-feira (28), a cerimônia de diplomação do presidente eleito, Luis Arce Catacora, e do seu vice David Choquehuanca.

O ato, que aconteceu nas instalações do Banco Central, contou com a participação de autoridades eleitas, imprensa e população. As novas autoridades tomarão posse no dia 8 de novembro.

“Recebi o diploma que me credencia como presidente eleito do Estado Plurinacional da Bolívia. Ratifico meu compromisso com o trabalho e o amor à Pátria. Obrigado ao povo boliviano pela confiança. Vamos adiante”, afirmou Arce em suas redes sociais comemorando o evento.

“Com muita alegria, junto com nosso irmão Lucho, recebemos nossas credenciais que nos confirmam como presidente e vice-presidente eleitos da Bolívia. Chegou a hora de trabalhar pelo nosso querido país, avance e unidos”, assinalou Choquehuanca.

Durante o discurso de posse, o presidente do TSE, Salvador Romero, destacou que o processo eleitoral se caracterizou pela transparência dos membros e pelo ótimo desempenho técnico durante as eleições.

“Hoje entregamos as credenciais de presidente eleito e vice-presidente a Luis Arce e David Choquehuanca, porque tal era a vontade e a preferência dos bolivianos”, disse Romero na ocasião.

Na terça-feira (27), os novos membros da Assembleia Legislativa do país também receberam seus diplomas. Os novos parlamentares foram eleitos nas eleições gerais junto com os membros do Executivo.

“Cada um de vocês ganhou um mandato em uma disputa livre e conseguiu os votos necessários por suas propostas e planejamentos”, expressou o presidente do órgão eleitoral.

Em 18 de outubro, Luis Arce foi eleito com 55,10% de preferência. Na entrega das credenciais, Romero saudou a aceitação dos resultados por parte dos demais partidos políticos e organismos internacionais que atuaram como supervisores do processo.

PRIORIDADES

O presidente eleito da Bolívia, Luis Arce, que assume no domingo (8), afirmou que o país necessita de uma injeção de investimento tanto para reativar a demanda interna, como para incentivar o aparato produtivo com os objetivos de soberania alimentar e industrialização.

Em entrevista com o canal Gigavisión, Arce disse que o governo de Jeanine Añez “está nos deixando uma crise de -11% de retração. Se não começarmos a trabalhar de imediato, vamos necessitar de três a quatro anos para sair de tudo isto. Renda e empregos são as questões imediatas, e é do que vamos nos ocupar em primeiro lugar”, assegurou.

Assinalou que pagará o Bônus Contra a Fome de 1.000 Bs. (144 dólares) que a auto-proclamada Añez recusou-se a pagar, mesmo que já aprovado pela Assembleia Legislativa Plurinacional (composta em dois terços pelo Movimento Ao Socialismo, MAS). Explicou que o benefício chegará a mais de 4.000.000 de bolivianos, entre os quais estão as mulheres que recebiam o bônus Juana Azurduy que atende a mães de crianças menores de dois anos, a Renda Dignidade que se destina aos idosos que não



Reprodução

“Contem cada voto”, exigem os eleitores Juiz rechaça tentativa de trumpistas de anular 127 mil votos no Texas

A tentativa dos republicanos de garfar 127.000 votos dos texanos na região onde fica a importante cidade de Houston, foi rechaçada por um juiz da Corte Distrital Federal, Andrew Hanen – apontado por George W. Bush -, que negou provimento à petição de um grupo de republicanos que tentava invalidar os votos que, para facilitar a votação e defender os votantes da Covid-19, foram colhidos no condado Harris através de 10 caixas espalhadas às quais os votantes tinham acesso de dentro de seus carros, em um sistema do tipo drive-thru.

Pelo Sistema eleitoral norte-americano é legal o voto antecipado com o depósito de envelopes lacrados em caixas de correio. A única diferença é que, neste condado, os eleitores podiam jogar os envelopes em urnas dispostas nas calçadas à altura das janelas dos automóveis.

“A tentativa de supressão de votos não pode ser mais flagrante do que esta de invalidar o voto de perto de 127.000 texanos”, afirmou Anthony Gutierrez, diretor da organização Causa Comum do Texas.

“Esperamos que esta decisão ajude a eliminar esta ansiedade e busca de criar confusão. Essa decisão deve permitir que os texanos decidam a eleição pelo seu voto e não por um pequeno grupo de pessoas que estão tentando perturbar nossa democracia através do litígio, da supressão e da confusão”, acrescentou Gutierrez.

A decisão do juiz aconteceu na segunda-feira (2), um dia depois da Corte Suprema do Texas haver negado outra petição que tentava invalidar, em todo o Estado, votos pelo sistema “drive thru”, um sistema que, aliás, já foi utilizado em outras eleições para facilitar o voto dos cadeirantes.

Enquanto o juiz decidia o destino dos votos texanos, manifestantes erguiam cartazes exigindo: “Contem todos os votos” e “Todo voto importa”, referência ao movimento BLM, sigla em inglês de Vidas Negras Importam.

China responde a um caso de Covid na cidade de Kashgar com 4,7 milhões de testes

Depois que uma moradora de 17 anos de Kashgar, no noroeste da China, teve resultado positivo para o vírus Covid-19 em um teste de ácido nucleico de rotina do condado, no sábado (25), os cerca de 4,7 milhões habitantes da cidade foram testados durante o domingo e a segunda-feira. Foram registrados 5 casos confirmados e 178 assintomáticos, informou a agência Xinhua.

Todos os casos encontrados estavam relacionados a uma fábrica onde trabalham os pais da garota, informou Gu Yingsu, vice-diretor da Comissão Regional de Saúde, em coletiva de imprensa.

A paciente foi colocada em quarentena para observação médica em um hospital em Kashgar, e chegou a desenvolver sintomas leves como febre e tosse, de acordo com a comissão.

Foi iniciada, no mesmo sábado, uma investigação epidemiológica que analisou todos os contatos próximos a estes novos casos e os em risco, e medidas de quarentena sanitária foram implementadas a eles, acrescentou Gu.

Esse foi o primeiro caso local detectado na China continental em 10 dias. E aplicando a política

NORMALIZAÇÃO

Embora a vida normal tenha sido retomada em grande parte da China, continuam ocorrendo pequenos casos de coronavírus e, nos locais onde isso acontece, as autoridades tratam com testes em massa imediatos.

No início de outubro, por exemplo, a cidade de Qingdao testou toda a sua população, de nove milhões de pessoas.

A testagem em massa ocorreu após a descoberta de uma dúzia de casos ligados a um hospital que trata de pacientes vindos do exterior e portadores de coronavírus.

Em maio, foram testados os 11 milhões de habitantes de Wuhan, a cidade onde o novo coronavírus foi identificado pela primeira vez.

O acontecido em Kashgar e nessas outras cidades mostra o motivo pelo qual não há casos de massa transmitida local do vírus na China: um implacável esforço no rastreamento de possíveis casos, com isolamento daqueles sob suspeita.

Trabalhadores da Saúde dos EUA processam a Casa Branca por falta de proteção contra Covid

Depois de meses de lutas localizadas, uma coalizão de sindicatos e federações de trabalhadores norte-americanos decidiram processar o governo Trump através do seu secretário (equivalente ao nosso ministro) do Trabalho e da agência federal de segurança no local de trabalho (OSHA, na sigla em inglês).

A ação promovida na quinta-feira (29) denuncia que é de “inaceitável atraso” a liberação de material de proteção contra doenças infecciosas para os trabalhadores de Saúde na linha de frente.

“Médicos, enfermeiras, técnicos de UTI e outros profissionais de Saúde têm tratado de pacientes com Covid-19 durante a maior parte do ano sem acesso a proteção básica nos locais de trabalho”, diz a petição apresentada, contra o secretário Eugene Scalia e a OSHA, à Corte de Apelações do 9º Distrito e acontece em meio a crescente percepção da negligência do governo Trump para enfrentar a pandemia e socorrer os afetados por ela.



Trabalhadores sem acesso à proteção básica

As organizações sindicais que se juntaram para acionar a Casa Branca são a Federação Americana de Professores (AFT), Associação de Enfermeiras do Estado de Washington (WSNA), Federação dos Servidores Estaduais, Municipais e Distritais (AFSCME) e Associação da Enfermeiras Unidas-União dos Profissionais de Saúde da Califórnia (UNAC/UHP).

Estas entidades representam em conjunto mais de 500 mil profissionais de Saúde que atuam em hospitais, clínicas, escolas. Elas enfatizam que mais de 190.000 trabalhadores do setor foram

infectados pelo Covid e mais de 750 morreram.

Até a quinta-feira o vírus já havia infectado mais de 8,9 milhões de norte-americanos e o número de mortos ultrapassava os 228.000.

Denise Duncan, presidente da UNAC, exige: “Fiscalização é necessária para proteger os que oferecem cuidados de Saúde para evitar o uso de equipamento vencido ou de baixa qualidade e os funcionários de Saúde precisam se sentir seguros no local de trabalho e saber que o Sistema de saúde protegerá tanto a eles quanto ao público”.

Casos de Covid-19 dobram na Europa em cinco semanas e já chegaram a 10 milhões

Os novos casos de Covid-19 na Europa dobraram em cinco semanas, fazendo a região alcançar neste domingo (1º) a marca de 10 milhões de infecções totais. Quadro que já leva a França, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Bélgica e Áustria a reintroduzirem formas de quarentena, ainda que menos rígidas do que a da primavera.

Outros países, como Itália, Holanda, República Checa e Grécia também anunciam novas medidas de contenção. A Europa havia levado quase nove meses para registrar seus primeiros 5 milhões de casos da pandemia.

Com 10% da população mundial, a Europa é responsável por 22% do número global de casos, que já ultrapassou os 46 milhões de infecções. E por 23% do total de mortes pela Covid-19, que já matou quase 1,2 milhão de pessoas no mundo.

Em outro dado revelador do impacto da pandemia no mundo, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que mais de 500 mil novos casos de coronavírus foram registrados em apenas 24 horas, na sexta-feira (30), no planeta inteiro.

A temida 'segunda onda' irrompe quando o velho continente se aproxima do inverno – quando as condições de contágio se agravam – e aumenta a pressão sobre o sistema hospitalar. As medidas de agora também buscam preservar o máximo possível um Natal de menos isolamento social.

Como assinalou a porta-voz da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Harris, quando Paris e Berlim anunciaram os fechamentos, “a preocupação é que as unidades de terapia intensiva nos hospitais estão agora começando a se encher de pessoas muito doentes”.

A Europa está em um “ponto de inflexão” na luta contra a Covid-19, no momento em que é preciso fazer frente à pandemia, apesar do cansaço do público em relação às restrições e do esgotamento das equipes médicas, observou Bertrand Levrat, diretor-geral dos Hospitais da Universidade de Genebra, o maior complexo hospitalar da Suíça.

“Nossos compatriotas pensaram que esta crise de saúde havia ficado para trás”, disse o primeiro-ministro francês, Jean Castex. “Mas não podemos viver normalmente enquanto o vírus ainda estiver por aqui”.

O que, já se sabe, só terá solução quando houver uma vacina. Após a traumática experiência de virar o novo epicentro da pandemia, logo depois da China – como visto particularmente na Itália, Grã Bretanha, França e Espanha –, a Europa considerava ter controlado na medida do possível o contágio: no início de agosto o número de novos casos diários caíra para menos de 20.000. Isso já ficou para trás.

Praticamente todos os países da União Europeia vêm quase dobrando o número de novos casos de uma semana para a outra: Alemanha saltou em sete dias de 42.000 para 69.000 infecções, Itália de 59.000 para 111.000, Bélgica de 59.000 para 98.000, Portugal de 13.000 para 18.000.

FREAR O VÍRUS

“Depois de consultar os cientistas e dialogar com as forças políticas, econômicas e sociais, decidi que é preciso voltar ao confinamento que parou o vírus”, afirmou o presidente francês Emmanuel Macron. “O vírus está circulando na França a uma velocidade que nem mesmo os mais pessimistas previram”, acrescentou.

Volta a ser necessário uma autorização para sair de casa por motivos justificados, como ir para o trabalho, fazer compras ou ir ao médico. O trabalho à distância será generalizado. Todos os estabelecimentos vão fechar, exceto os essenciais. As escolas de ensino fundamental e médio seguem abertas, mas as universidades passam a realizar suas aulas online. Estão proibidos deslocamentos entre as regiões do país.

Ele alertou que se “nada” fosse feito agora, “dentro de alguns meses teríamos pelo menos mais 40 mil mortes”. Com 1,2 milhão de contágios, a França é o quinto país do mundo com mais casos. A quarentena ficará em vigor “pelo menos até 1º de dezembro”.

“A curva precisa ser achatada novamente”, reiterou a primeira-ministra alemã Angela Merkel, ao se reunir com os 16 governadores de estado, para definir a volta da quarentena, que será parcial e terá duração de um mês.

A partir desta segunda-feira, 2 de novembro, restaurantes, bares, academias, teatros, cinemas e piscinas estão fechados na Alemanha. Escolas e creches, continuam funcionando, assim como lojas e mercados, sob obrigação de cumprir as regras de distanciamento social e higiene. Reuniões privadas foram limitadas a dez pessoas, de no máximo duas residências diferentes. Shows e eventos semelhantes estão cancelados, mas eventos esportivos sem espectadores continuam.

'FIQUE EM CASA' DE VOLTA

O primeiro-ministro britânico Boris Johnson anunciou no sábado (31) – dia em que o país ultrapassou a marca de 1 milhão de contágios da Covid-19 – que a Inglaterra adotará novamente o lockdown, com duração de um mês, a partir da próxima quinta-feira (5).

O parlamento deverá aprovar a medida na quarta-feira (4). “As medidas que desenhei são muito menos restritivas, embora receia que, a partir de quinta-feira, a mensagem básica seja a mesma: fique em casa, proteja o NHS [sistema de saúde britânico] e salve vidas”, declarou Johnson.

O Reino Unido, que tem o maior número oficial de mortes causadas pelo COVID-19 na Europa (quase 47 mil), tem mais de 20 mil novos casos de coronavírus por dia, enquanto os cientistas alertaram para um “pior cenário” de 80.000 mortos.

As pessoas devem trabalhar de casa e minimizar o contato. Pubs, bares e restaurantes devem fechar, exceto para serviços de retirada e de entrega. As escolas não serão fechadas. “Temos que encontrar o ponto de equilíbrio”, sublinhou Johnson. Durante a semana passada, o Reino Unido registrou um recorde de óbitos de coronavírus que só fica abaixo do pior dia de março, no auge da primeira onda.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

‘Esta eleição é entre a democracia e Trump’, afirma o senador Sanders

Foto: CNN



Biden e Sanders em debate durante as primárias do Partido Democrata

Grupos de republicanos se unem com os democratas para retirar Trump pelo voto

O grupo Lincoln Project foi responsável pela colocação de outdoors na praça central de Nova Iorque, a Times Square, ridicularizando o casal Ivanka Trump (filha de Trump) e Jared Kushner (genro) pela sua participação na falência da administração Trump diante do coronavírus. O casal ameaça processar o grupo.

Quando informados da ameaça do casal, os diretores do grupo responderam: “Eles nunca deram a menor indicação de consideração pelo povo norte-americano. Damos a eles o mesmo nível de respeito”.

Isso é apenas um exemplo do tratamento que grupos cada vez mais numerosos de republicanos estão dando ao atual e desastrosamente ocupante da Casa Branca.

A virada anti-Trump se reflete nos resultados das pesquisas dos chamados swing-states (Estados-pêndulos) nos quais Trump venceu Hillary por margem mínima, mas suficiente para obter a maioria de delegados do Colégio Eleitoral que escolhe o presidente. Foi assim com a margem de 0,72% a seu favor em Pensilvânia, 1,2% na Flórida e 0,77% no Wisconsin.

Esta semana, pesquisa

do consórcio de agências Reuters/Ipsos, contratada pelo jornal New York Times deu vantagem a Biden se alargando nestes três Estados: de 5% na Pensilvânia, 4% na Flórida e 9% no Wisconsin.

Além do Lincoln, já produziram notas, anúncios e cartazes outros grupos, entre eles o “Republican Voters Against Trump”; “Pro-Life Evangelicals for Biden”; “Biden Republicans”; “Jewish Republicans for Biden” e “Republicans and Independents for Biden.”

APOIOS A BIDEN

Fora esses grupos organizados, há uma longa lista de ex-funcionários da Casa Branca e ex-chefes da Segurança e das Forças Armadas dos EUA que atuaram sob comando de outros presidentes republicanos e mesmo de Trump que já assinaram cartas abertas, anúncios em grandes jornais ou expressaram opinião sobre a incapacidade de Trump para o cargo de presidente.

Billy Kistal, por exemplo, que fundou a revista conservadora “The Weekly Standard”, que já deixou de circular e depois se tornou editor do portal direitista

“The Bulwark”, foi quem criou o grupo ‘Republican Voters Against Trump’.

Os republicanos que integram estes grupos já se autodenominam os never-trumpers (nunca Trump) e deixam claro que permanecem republicanos, mas que com Trump é impossível marchar nas eleições que se avizinham.

Uma das diferenças entre os que formam estes grupos e os democratas é que os republicanos fazem questão de não medir palavras para expressarem sua desilusão com Trump. Costumam afirmar que Trump trai os valores familiares, o império da lei e a própria Constituição.

Rick Wilson, um marqueteiro de longa data a favor dos republicanos, publicou há pouco um livro intitulado: “Concorrendo contra o diabo: a articulação para salvar a América de Trump”. Ele, que é o fundador do Lincoln Project que publicou o outdoor citado no início da matéria em Nova York, tem alertado os democratas que eles “devem entender que para Trump nada constitui limite, incluindo recurso aberto ao crime”.

“Não há sensação de baixeza. Não há vergonha. Não há limites”, conclui Wilson.

Bernie Sanders entrou na disputa para ser o candidato dos democratas com a determinação de unir o partido para derrotar Trump. Retirou-se ao avaliar que Biden faria isso bem e o apoiou de pronto

Com as atividades eleitorais nos Estados Unidos chegando ao fim, o senador Bernie Sanders, do Partido Democrata, mostrando que esta não é uma disputa “normal” entre os candidatos dos dois partidos nacionais, mas sim um referendo sobre o ocupante da Casa Branca, afirma que esta “é uma eleição entre a democracia e Trump”.

A menos de uma semana da eleição que oficialmente culminará em 3 de novembro – mas que ninguém sabe quando concluirá com o anúncio dos resultados – o consenso de todos os principais especialistas é que Joe Biden e os democratas são favoritos para ganhar a Casa Branca, ampliar sua vantagem majoritária na Câmara dos deputados (todas as 435 cadeiras estão em jogo) e com uma boa probabilidade de reconquistar o controle no Senado (35 cadeiras, pouco mais de um terço, em disputa), assinala David Brooks, correspondente de *La Jornada* em Nova York.

Trump tem claro que seu triunfo depende de reduzir o voto popular e, sabendo que não contam com o apoio da maioria do eleitorado, os republicanos se dedicam a suprimir o voto sobretudo nos Estados-chave no sistema de voto indireto, conhecido como Colégio Eleitoral, que determina quem ganha a Presidência, aponta Brooks.

“Por isso há um multi-milionário esforço massivo para reduzir o voto, tanto através de manobras legais como de extraleais. Pelo lado legal, os

republicanos têm dedicado mais de 20 milhões de dólares para promover pelo menos 300 disputas judiciais com a finalidade de obstaculizar o voto este ano, reporta o Center for Public Integrity. E, ainda mais, há demandas legais constantes para frear ou limitar a contagem de votos que fazem chegar tarde pelo correio ou para eliminar medidas elaboradas para facilitar o voto”, acrescenta.

Todas estas disputas, incluindo qualquer que seja sobre o resultado final da eleição, têm como árbitro final a Suprema Corte (não existem tribunais eleitorais), onde Trump e os republicanos acabam de consolidar seu controle ao impor uma maioria conservadora de seis a três, com a indicação da juíza reacionária Amy Coney Barrett.

David Brooks destaca que “pela via extralegal há diversas tentativas de intimidação, incluindo colocar pessoas armadas perto dos postos de votação antecipada e no dia das eleições, gravar em vídeo eleitores que buscam os postos e buscar confundir os com informações falsas. Também há investigações sobre preparação de ‘milícias’ armadas em vários Estados onde buscam provocar violência relacionada com as eleições”.

Apesar disso, tudo indica uma participação eleitoral sem precedentes em décadas, com mais de 74 milhões de votos já emitidos de maneira antecipada, algo que em princípio pode favorecer os democratas.



Baiana de Salvador, Simone vivia na França há 30 anos

A brasileira Simone Barreto é uma das vítimas em Nice

Os sinos de todas as igrejas da França soaram em homenagem às três vítimas da insana chacina da manhã de quinta-feira na Basílica de Notre Dame, em Nice: a brasileira “nota mil” radicada na França há 30 anos, Simone Barreto Silva; o sacristão boa praça que completaria 55 anos na sexta-feira, Vincent Loquès; e uma sexagenária cuja identidade não foi divulgada.

No local, pessoas vêm para colocar flores, acender velas e prestar uma homenagem silenciosa. Um dos buquês diz: “Nice ainda está de pé. Descansem em paz.”

O dono do restaurante onde Simone procurou socorro, o muçulmano Brahim Jelloule, estava perplexo com o ataque à Basílica: “Isso não é o Islã. Eu conheço o Corão de cor, e não é isso que ele prega”. Foi ele que, alertado por Simone, acionou a polícia. Antes de morrer, a brasileira pediu: “digam a meus filhos que eu amo eles”.

A comunidade brasileira de Nice está em estado de choque. Natural de Salvador, Simone foi para a França adolescente junto com a irmã Bárbara, como integrante de uma companhia de dança, a Oba Brasil, que promove apresentações na Europa de samba, batucada e capoeira. Outros familiares também foram para lá depois, uma foi trazendo a outra.

Oteve a cidadania francesa, se formou em gastronomia e aos 44 anos era cuidadora de idosos. Tinha três filhos, um de 6, um de 10 e outro de 15.

Todos os anos, Simone dançava na Ala das Mulheres no evento cultural brasileiro Resistência da Lavagem da Madeleine, em Paris. Em Nice, Simone e sua família organizavam a Festa de Iemanjá da cidade.

Simone será enterrada na França, onde vivem os filhos e boa parte de sua família. Loquès, que havia trabalhado na construção civil, era sacristão há 20 anos, dez deles na Notre Dame. Era o faz-tudo, disse o ex-pároco, Jean-Louis Gordian. “Ele era um menino corajoso, cheio de dinamismo”, acrescentou. Loquès havia se casado novamente. Tinha duas filhas adultas com sua primeira esposa, uma enfermeira e a outra trabalhadora de puericultura. Da idosa, só se sabe que deixa filhos adultos e era casada. Ela teve a cabeça quase decapitada, e tombou do lado da pia batismal.

O novo ataque é um pesadelo para Nice que, em 2016, fora alvo de atentado durante o Dia da Bastilha, com um extremista lançando um caminhão contra uma multidão, atropelando centenas de pessoas e matando 86.

Leia a matéria completa em www.horadopovo.com.br



Arcebispo Gregory em encontro com o Papa nos EUA no ano passado

Papa nomeia o primeiro cardeal negro nos EUA

O para Francisco anunciou a indicação de 13 novos cardeais nos Estados Unidos, destacando-se entre eles o arcebispo Gregory, o primeiro cardeal negro na história da igreja católica norte-americana.

A cerimônia de nomeação está programada para o dia 28 de novembro.

Gregory foi nomeado arcebispo da capital norte-americana, Washington DC, em 2019. Ele serviu à igreja dos EUA nas cidades de Chicago e Atlanta.

Este ano ele esteve entre as lideranças laicas e religiosas que condenaram a agressão aos manifestantes com carga de cavalaria e bombas de gás lacrimogêneo. A manifestação diante da Casa Branca acontecia em

protesto pelo assassinato de George Floyd, asfixiado até a morte por policial ajoelhado com todo seu peso sobre seu pescoço.

A ordem para a dispersão violenta e intempestiva veio de dentro da Casa Branca para abrir caminho a que Trump posasse com uma Bíblia na mão diante da igreja St. John a poucos passos da sede do governo norte-americano. Pouco antes de seu gesto demagógico condenado pelos líderes católicos fez um curto discurso para falar em defesa da “lei e da ordem” e ameaçar: “Ou os governadores chamam a Guarda Nacional para dominar as ruas ou vamos deslocar os militares dos Estados Unidos e rapidamente resolver o problema”.

Gregory foi um dos que

criticou a profanação de Trump à entrada da igreja naquele dia: “Isso é repreensível e desconcertante. Nenhuma instalação católica pode ser, de forma assim aberta, mal utilizada e manipulada”.

“Ainda mais”, acrescentou, “esta igreja, cujo nome é uma homenagem ao papa João Paulo II, que foi um ardoroso defensor dos direitos e da dignidade dos seres humanos”.

“Ele, João Paulo II, certamente não aceitará o uso de gás lacrimogêneo e outras formas de pressão para silenciar; dispersar ou intimidar as pessoas para a oportunidade de uma foto diante de um lugar de oração e paz”, denunciou à época o agora indicado ao cardinalato.

“O modelo econômico social comunitário produtivo”, de Luís Arce



Arce durante entrevista em São Paulo, no ano passado. Sua posse como presidente da Bolívia ocorrerá no próximo domingo, dia 8. (Ernesto Andrade/HP)

Quando ministro da Economia e Finanças Públicas da Bolívia, Luis Arce, agora presidente eleito, esteve em São Paulo em abril de 2019 e concedeu entrevista à Hora do Povo, da qual republicamos os principais trechos

Arce destacou que o “modelo econômico social comunitário produtivo”, baseado na recuperação dos recursos naturais, na nacionalização e na industrialização, tornou possível ao seu país alcançar o maior crescimento na região por seis anos consecutivos.

Confrontando a cegueira da seita neoliberal, ditada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, Luis Arce mostra a diferença de “um modelo que prioriza as pessoas, prioriza o social, sem descuidar, é claro, do econômico”; compartilha conquistas como a redução da taxa de desemprego, o aumento

do salário mínimo e a valorização da Previdência pública, que havia sido privatizada.

Após os acontecimentos de outubro de 2019 na Bolívia, que culminaram em um golpe com a anulação do pleito presidencial, o exílio forçado do presidente Evo e a forja de um governo de fato, o MAS buscou e conseguiu a convocação de nova eleição e escolheu Luis Arce para encabeçar a chapa com Davi Choquehuanca como seu vice, e assim conquistar a retomada da democracia.

Ainda como candidato à Presidência, Arce afirmou em entrevista ao jornal O Globo, em agosto deste ano, que a candidatura de Evo a uma nova reeleição estava no “mar-



co constitucional legal”, mas foi um erro político de graves consequências, “gerou no país uma linha política muito dura, que abriu espaço para o golpe de Estado de novembro”. Arce enfatizou também que “a lição aprendida é que é preciso respeitar os referendos e o que diga o povo boliviano”.

HP – Como se explica que a Bolívia, em um momento em que a maior parte da América do Sul está em recessão, seja o país que mais cresce na região?

Arce – A resposta está relacionada ao modelo econômico. Os países da América do Sul têm aplicado políticas neoliberais e a Bolívia, desde 2006, adota um modelo diferente. Um modelo que prioriza as pessoas, prioriza o social, sem descuidar, é claro, do econômico. Temos o maior crescimento entre os países da região, 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

A mudança de modelo foi fundamental. Temos o retorno ao modelo neoliberal, como é o caso do Brasil e da Argentina. A Colômbia sempre esteve nessa linha; o Chile, apesar de Bachelet, sempre esteve na linha neoliberal, e no Peru também não tem havido maiores mudanças.

O neoliberalismo, na realidade, é um modelo que diz que o crescimento econômico tem base na demanda externa, nas exportações. Então é preciso exportar para poder crescer. É por isso que a onda, em toda a América Latina, é que precisamos gerar as condições para que o setor privado exporte mais e que, a partir disso, virá o crescimento econômico, puxado pela demanda internacional. E aí todo mundo está tentando vender aos Estados Unidos, à Europa, vender aos grandes mercados.

Mas nessa tarefa os países da região têm descuidado uma questão fundamental, que é o nosso modelo enfatiza, que é o mercado interno, a demanda interna.

O nosso modelo parte da recuperação dos recursos naturais. Até alguns anos, a Bolívia era considerada um dos países mais pobres do continente. Porém, todos sabíamos que somos um país muito rico. É que a nossa história, como a de muitos países da região, é a história do saque dos seus recursos naturais.

Assim, em 2006, demos um basta ao assalto que beneficiava a outros e decidimos recuperar nossas riquezas para nós mesmos. Essa é uma questão fundamental, uma diferença enorme com relação às políticas neoliberais.

Com a recuperação das riquezas, geramos excedentes e redistribuímos renda, onde a riqueza gerada pelos recursos naturais se distribuía à população por intermédio de bônus, o que tecnicamente se chama “transferências condicionadas”.

Para reduzir a mortalidade infantil criamos um bônus para as crianças, desde que estão no ventre materno. Além disso, as mães fazem exames de pré-natal e depois recebem apoio até os dois anos, com controle médico e assistência para que possam proporcionar boa alimentação, com segurança e apoio profissional.

Adicionalmente, temos o bônus Juancito Pinto. A Bolívia era um dos países que tinha uma das mais altas taxas de desercão escolar, que agora foi praticamente eliminada. As crianças que concluem o ano escolar recebem um prêmio econômico. Ninguém quer deixar de estudar.

Somos um dos poucos países no mundo – somente há quatro, e o único dos países emergentes –, em que o sistema de pensões

e aposentadorias cobre 100% da população. Isso vem dos recursos naturais, do gás. Parte das vendas de gás se redistribui entre as pessoas, como uma renda universal. Então todo mundo, tenha contribuído ou não, tem uma soma de dinheiro que lhe serve de pensão. Junto com a Dinamarca, Suécia e Inglaterra, somos o quarto país no mundo que tem cobertura de 100% da Seguridade Social. A média da América Latina é de só 42%. Há países na América Central onde a cobertura fica entre 16 a 22% da população!

A Bolívia tem um sistema de aposentadorias híbrido. Por um lado, esta ‘Renda Dignidade’, como a chamamos, em que todos bolivianos com mais de 60 anos recebem parte da renda petroleira. Depois, nosso sistema de pensões também é muito sui generis. Porque contrariamente ao que acontece no Chile e em outros países onde tudo havia sido privatizado, onde tudo é administrado pelos Fundos de Pensão privados, na Bolívia recuperamos a Previdência pública. Primeiro recuperamos a contribuição patronal para o sistema de aposentadoria. Ou seja, adicionalmente ao que vem dos recursos naturais, o trabalhador contribui, o empregador contribui, e criamos um fundo solidário. Na medida em que as pessoas vão ganhando mais, contribuem com parte de seu ingresso para uma bolsa, em que ingressam todos esses recursos e se distribuem entre os que têm menos. Portanto, elevamos a renda, as aposentadorias dos que têm menos com este fundo solidário, somada à contribuição patronal e mais a contribuição do próprio trabalhador. Tudo isso soma, melhorando substancialmente as aposentadorias.

HP – Existe um valor mínimo para as aposentadorias?

Arce – Sim. Neste momento o valor mínimo é de 4.200 bolivianos (cerca de 600 dólares), mais de duas vezes o salário mínimo, que é de 2.060 bolivianos.

HP – Isso teria sido possível sem a nacionalização dos recursos?

Arce – Jamais. A Bolívia recuperou os seus recursos naturais, nacionalizamos os hidrocarbonetos e algumas minas. Algumas empresas que tinham sido privatizadas no período neoliberal foram retomadas, como a Empresa de Comunicação e de Telecomunicações. Temos recuperado várias empresas, e resolvido processos pendentes por causa da nacionalização. Agora empreendemos a tarefa da industrialização, que é o outro objetivo chave.

Nosso modelo, que chamamos de “modelo econômico social comunitário produtivo”, desenhado por Carlos Villegas e por minha pessoa, no ano 2005, quando o presidente Evo se candidatou à Presidência, tem uma particularidade fundamental: é um modelo eminentemente redistributivo. As políticas de transferência de renda têm melhorado a capacidade aquisitiva da população, sua qualidade de vida, e gerado um aumento na demanda da produção de bens. O outro lado dessa distribuição é que parte desses recursos natu-

rais também é investido em empresas públicas, proporcionando mais renda ao Estado e continuando o processo redistributivo.

Então, geramos mais produção com uma parte dos recursos naturais e geramos mais demanda interna com as transferências de renda. Com maior produção e maior consumo se fecha o círculo. Com cada vez mais demanda, temos mais produção; mais produção, mais demanda, e assim sucessivamente. É isso que estamos fazendo agora.

HP – Em 2014 o preço do barril baixou de 110 para 26 dólares e, apesar disso, a Bolívia continuou crescendo normalmente. Mas existem países que dependem tanto do petróleo que se paralisaram...

Arce – A oposição, durante os primeiros anos do presidente Evo, sempre dizia que estávamos bem porque os preços do petróleo estavam altos. Mas essa mentira ficou nua em 2014 quando os preços caíram – o preço do petróleo estava acima dos 110 dólares e baixou a 26 dólares. E justo nesse ano de 2014 a Bolívia recuperou o ritmo de 2009.

E quando todos diziam que pela queda dos preços não íamos crescer, não só crescemos como alcançamos a mais alta taxa de crescimento em 2014. Então diziam que isso era muita sorte. E crescemos em 2015, 2016, 2017, 2018. E a Bolívia continua tendo os maiores índices de crescimento da região. Assim ficou exposta a mentira da oposição, da direita, que insistia em que estávamos bem, crescendo, só porque os preços do petróleo e do gás estavam altos.

Não davam valor ao trabalho que tinha sido feito pelo governo, ao modelo econômico que mostrou que as coisas podiam ser feitas de forma diferente do que eles pensavam, e com melhores resultados. Não somente no econômico, mas fundamentalmente no social, porque hoje a Bolívia é o país da região que mais tem reduzido a pobreza, o país que mais tem reduzido o coeficiente de Gini*, mostrando que estamos distribuindo melhor a renda. O paradoxo é que junto com o Brasil éramos os países com pior distribuição de renda em 2005. O índice de Gini do Brasil era de 0,61 e o da Bolívia de 0,60. Agora baixou – se não me falha a memória – a 0,58 do Brasil, mas nós baixamos a 0,47. E estamos entre os cinco países com melhor distribuição de renda da região.

[* O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza]

Reduzimos o desemprego pela metade, de 8 para 4%. E continuará caindo. Somos o país que tem a taxa de desemprego mais baixa da região. Adicionalmente somos o país – com cifras não do Ministério de Economia da Bolívia, mas do Banco Mundial, insuspeito de querer nos benefi-

ciar –, que mais tem aumentado a esperança de vida de sua população. E se isso fosse pouco, o mesmo BM publicou em sua página web um informe analisando todos os países emergentes e pobres no mundo. E de todos os países, a Bolívia é quem mais tem aumentado a renda dos 40% mais pobres de sua população.

Realmente, o processo redistributivo é o que melhor demonstra o crescimento econômico e o desenvolvimento da Bolívia.

HP – E os meios de comunicação bolivianos?

Arce – Existe aí uma luta ideológica. Claramente muitos meios de comunicação respondem à oligarquia boliviana e não fazem jornalismo de forma alguma, fazem campanha. Há várias formas de ver isso, perceber que não são equitativos. Por exemplo, o Banco Mundial e o FMI publicaram um informe onde baixam a expectativa de crescimento de muitos países, incluindo a Bolívia. Mas deixam o nosso país, mesmo com a redução dessa expectativa, em primeiro lugar. Qual a manchete desses meios de comunicação? “Banco Mundial reduz o crescimento da Bolívia”. Não dizem que, apesar da redução, continuamos sendo o país que mais cresce.

Outra questão é que, quando lhes convém, tomam como fonte de informação as redes sociais. Quando há uma “informação” circulando, mas que todo mundo sabe que não tem sequer uma fonte conhecida, nem segurança, nem confiabilidade, muitos meios oligárquicos pegam e a publicam como sendo a opinião das redes sociais, como se aquilo fosse um fato comprovado. No nosso país enfrentamos esse tipo de coisas.

A semana passada estive em Washington, na reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e lá fui entrevistado por vários meios. Aí foi quando muita gente começou a se informar. Estive no México e aconteceu a mesma coisa. Em outros países estão interessados no que acontece na Bolívia porque estão vendo os resultados e muitos não têm a cegueira dessa mídia da qual falei.

Na Bolívia, felizmente, não são todos assim. Há alguns que fazem jornalismo e informam, ao contrário do que a direita faz, cuja tarefa é desinformar, gerar incerteza e temores na sociedade, dúvidas infundadas.

No meu país a direita tem uma lógica filosófica fundamental. Repetir mentiras para que essas mentiras repetidas virem verdade. A velha tática de Goebbels.

HP – Retornemos à questão econômica. Como você assinou, houve na Bolívia um processo de industrialização que não ficou atado aos resultados da exportação de recursos naturais. Como foi esse processo?

Arce – Com a recuperação dos recursos naturais, o país não podia ficar na velha exportação de matérias-primas. O primeiro que fizemos, então, foi industrializar o gás. Hoje temos uma fábrica de ureia. Do gás tiramos a ureia que é um fertilizante muito usado pelo setor agropecuario e que já estamos exportando. Depois vem a questão do lítio. A Bolívia está produzindo carbonato de lítio, cloreto de potássio, e agora fizemos um acordo com uma empresa alemã para produzir baterias de lítio. Com uma montanha de minério de ferro no sudeste boliviano, estamos construindo a Usina Siderúrgica de Mutún. Aliás, o Brasil tem do outro lado da fronteira um morro muito parecido, riquíssimo em ferro. Nós ainda não tínhamos tocado essa região e agora estamos explorando com uma empresa chinesa a produção de ferro e aço.

Também estamos investindo muito em energia limpa. Quando assumimos não havia mais que algumas hidrelétricas antigas, instaladas nos anos 50 e 60 e alguma termoelétrica para geração de eletricidade. Hoje temos energia eólica, energia solar, estamos investindo em energia geotérmica e em novas usinas hidroelétricas. Queremos nos transformar em um provedor de energia na região e temos condições para fazê-lo. É o que estamos produzindo. O que

acabo de mencionar são apenas investimentos públicos, de empresas públicas.

Também queremos melhorar a produção agropecuária porque temos aberto mercados na China e na Rússia. Em outras palavras, estamos nos transformando em um jogador importante no mercado de alimentos. Tínhamos certas condições que faziam da Bolívia o país com a menor taxa de produção agropecuária da região e hoje isso está sendo revertido. Há muitos bens de capital que o Estado está comprando, assim como o setor privado, graças a uma política de tarifas zero. Assim, o setor privado também está gerando industrialização.

Outro setor que estamos promovendo é o turismo. Não havia uma estrutura turística no país, que agora, junto com o setor privado, está sendo construída para receber cada vez mais pessoas e melhorar a qualidade de recepção.

Em relação à melhoria da produção agropecuária, as parcerias com a China e a Rússia possibilitam a exportação de gado. Vamos abrindo espaço para sermos um forte exportador no setor alimentício da região. Vale lembrar que éramos o país de mais baixa capacidade agropecuária.

HP – E a questão dos salários?

Arce – Para termos uma ideia da evolução, 65% da população em 2005 recebia salários baixos, 35% salários médios. A partir do processo redistributivo aplicado desde 2006, temos 35% na faixa salarial baixa e 65% na média para cima. Ainda existem cerca de dois milhões de pessoas na extrema pobreza, mas poderemos chegar a 2025 com a pobreza extrema zero. E alcançaremos isso impulsionando o nosso modelo redistributivo, fortalecendo a industrialização e a produção nacional.

HP – Uma questão chave que temos visto é o investimento do governo na formação científico-tecnológica, em parcerias com instituições internacionais, para valorizar e ampliar o conhecimento de profissionais bolivianos.

Arce – Afóra estas parcerias, todos os anos, o governo boliviano oferece 100 bolsas aos melhores estudantes para irem a qualquer universidade estrangeira se aprimorar nos campos que determine o Estado: tecnológico, petroleiro, hídrico, elétrico. Áreas em que farão os seus mestrados, doutorados ou pós-doutorados com o compromisso de retornar ao país para contribuir nas empresas públicas. Nossa concepção é que não se pode compreender o mundo sem o investimento em novas tecnologias.

A Bolívia também está desenvolvendo a sua cidadela tecnológica, está construindo seu Vale do Silício, em Cochabamba, que é um vale também. Hoje nosso país está exportando software e o faz por meio de empresas privadas e de forma muito isolada. Agora queremos reunir todos os cérebros jovens deste novo milênio para que possam produzir software e tenham a capacidade de desenvolver sistemas que possam exportar.

HP – E como enfrentar a agressividade vinda do governo dos Estados Unidos?

Arce – O primeiro ponto a ser destacado é que nem tudo o que fez o senhor Trump é mal. O de bom foi decretar o certificado de óbito à globalização. Quando começa a adotar políticas neoprotecionistas para os Estados Unidos e começa uma guerra comercial com a China, com os europeus, na verdade a globalização está agonizando.

Na parte política, vemos com muita preocupação os embates permanentes com a Venezuela, as declarações de guerra a Cuba e à Nicarágua, e nós sabemos que a próxima vítima será a Bolívia, porque adotamos uma outra política. No entanto, há uma diferença com nosso país: social e economicamente estamos muito bem, não há nenhum pretexto para que os Estados Unidos venham querer agir

como quando a Doutrina Monroe estava vigente, quando podiam passear pela América Latina. Estamos bem, crescemos mais que os seus aliados na América do Sul, temos melhores indicadores econômicos. Não há nenhum pretexto, mas isso não quer dizer que vamos baixar a guarda.

Não agradamos ao senhor Trump, no entanto, para os olhos de todo o mundo, a Bolívia é um país que cresce, fazendo as coisas à sua maneira e não deveria receber a intromissão de ninguém. Há estabilidade social, há estabilidade política, há estabilidade econômica, e essas três coisas não se encontram juntas em nenhum país da região, exceto na Bolívia. Por que então ficar focado num país como o nosso? Acredito que tudo do que vai surgir e vai ser inventado daqui pra frente é porque não gostam deste país que está fazendo diferente do que determina a ortodoxia e está fazendo melhor, em tão pouco tempo. Há seis anos somos o país que mais cresce na região, que tem a maior distribuição de renda, que mais tem elevado a expectativa de vida. São tantos indicadores sociais que acreditamos não haver espaço para aquilo que argumentam e inventam para invadir. Claro que vemos com cautela as ameaças dos EUA, que longe de trazer tranquilidade à região, exacerbam os conflitos.

HP – E a integração regional, como está?

Arce – Para nós é preocupante a situação de dois países fundamentalmente: Argentina e Brasil. Além de serem os nossos principais sócios comerciais, são países que têm muita influência na região. O recrudescimento da pobreza no Brasil pode ser visto. Lamentavelmente não necessitamos analisar estatísticas, como no caso do meu país, basta passear no final da tarde, nas ruas, em frente às igrejas, para ver as pessoas humildes colocando o seu colchão para dormir. É impressionante. Eu não vi isso no meu país nem quando nos encontrávamos na pior situação do neoliberalismo. Nem nos 20 anos em que o neoliberalismo esteve vigente tivemos semelhante pobreza crua como vemos hoje no Brasil. Na Argentina vemos como particularmente os idosos estão sofrendo. Dois países que se encontravam em pleno desenvolvimento e crescimento, em tão pouco tempo têm indicadores econômicos tão preocupantes. A Argentina com a inflação tão elevada, cerca de 50%, desvalorização de 100% em sua moeda, uma dívida externa extremamente alta. No Brasil uma dívida interna alta que vai se traduzir em “ajustes” orçamentários, como os jornais estão dizendo que será feito nas aposentadorias. Algo que do meu ponto de vista não virá para resolver o problema das pessoas, mas tirar o pagamento das aposentadorias das mãos do Estado antes de melhorar a qualidade de vida. Isso são receitas claramente do FMI, do neoliberalismo recalitrante que temos vivido em todos os países nos anos 80, 90 e parte dos 2000.

HP – O que diz a experiência boliviana?

Arce – A experiência boliviana diz que quando se aplicam esse tipo de receitas não se leva a nenhuma parte e essa é a nossa preocupação com dois países irmãos, que são nossos dois sócios comerciais. Se o Brasil e a Argentina estão bem, nós também seguimos bem.

HP – Em relação à Previdência, a Bolívia foi um dos 18 países que segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) enfrentou a herança neoliberal e desprivatizou a Previdência. Fale um pouco sobre isso.

Arce – No meu país quando se aplicou o neoliberalismo, essa lei dos fundos de pensão privados individuais, a capitalização, foi retirado o aporte patronal. Na nossa lei de aposentadoria há três fontes de financiamento, mas a ortodoxia diz que deve haver só o aporte do trabalhador, que esta deve ser a única fonte. O resultado é que na Bolívia havia pessoas que se aposentavam com praticamente nada. Hoje, para garantir dignidade aos nossos aposentados, invertemos esta lógica.